

Trata-se de um instrumento de planeamento estratégico de base territorial, construído através de uma participação conjunta e partilhada e que se estrutura a partir dos objetivos do Plano Estratégico das Migrações, o qual determina eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no diagnóstico local, base a partir do qual, se definem os objetivos gerais, específicos, metas, ações, bem como, entidades e recursos a afetar, no período vigente de 2015-2017, para a integração dos imigrantes, naturais de países terceiros, residentes neste território.

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes

Município da Lousã



Lousã Convida à **Integração**

2015 | 2017



Ficha Técnica

TÍTULO

Plano Municipal de Integração de Imigrantes da Lousã [2015-2017]

PROJETO

Lousã convida à Integração

ENTIDADE DELEGADA

Alto Comissariado para as Migrações

ENTIDADE PROMOTORA

Câmara Municipal da Lousã
CLAI Lousã- Secção de Intervenção Social e Saúde

FINANCIAMENTO

Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gilda Carminda Silva

EQUIPA TÉCNICA

Sofia Almeida e Cristina Matos Beja

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Lousã
Rua Dr. João Santos
Telefone (00351)239990375 Fax (800351) 239990381
E:mail geral @cm-lousa.pt

Depósito Legal

394925/15

Grupos de Trabalho

Grupo A – Serviços de Acolhimento e Integração/Solidariedade e Respostas Sociais/Saúde/Urbanismo e Habitação

[Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade; Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho; ADSCCL; GNR; Santa casa da Misericórdia da Lousã; ADIC-Vilarinho; Centro Social de Casal de Ermio; Centro Social e Cultural do Pinhal; Centro Paroquial Solidariedade Social Freguesia de Serpins; Associação R.C.S. Gândaras; Centro Distrital da Segurança Social-Serviço local da Lousã; Centro de Saúde da Lousã: Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã, Unidade de Saúde Familiar Trevim-Sol e Unidade de Cuidados à Comunidade Arouce]

Grupo B – Mercado de Trabalho e Empreendedorismo/Educação e Língua/Capacitação e Formação

[ADSCCL; Serviço Local de Emprego da Lousã; ACTIVAR; Dueceira; Associação Empresarial Serra da Lousã; Associação Konkrets; Cáritas Diocesana de Coimbra; Agrupamento de Escolas da Lousã; Imigrante Colombiana – Sandra Naranjo]

Grupo C – Cultura/Cidadania e Participação Cívica/Media e Opinião Pública/Racismo e Discriminação/Relações Internacionais/Religião

[Escola do Riso; Associação Cultural Princesa Peralta; Associação Concretizar; Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho; Arte Via Cooperativa; Cooperativa Trevim; ADRAS; Associação Bloom]

Agradecimentos

Devem ser dirigidos vários agradecimentos a quem colaborou para a concretização deste Plano.

Em primeiro lugar deve ser deixado neste documento um reconhecimento a todas as instituições públicas e privadas, especialmente aos técnicos, com dados quantitativos e com o know-how sobre as dificuldades que os serviços sentiam para responder às necessidades de integração dos imigrantes.

Agradecemos igualmente a todos os imigrantes pelo seu envolvimento neste projeto, pois o seu contributo foi essencial para uma perspetiva mais qualitativa e próxima da sua realidade.

Nota de Abertura

A Lousã é um Concelho em que a inclusão se manifesta/evidencia a vários níveis, nomeadamente na integração de cidadãos de diferentes nacionalidades e culturas.

Tendo consciência que é necessário aprofundar ainda mais a integração dos imigrantes e reforçar a sua participação ativa na comunidade, promovendo a interculturalidade e o seu contributo para o desenvolvimento do Concelho, a Câmara Municipal pretende promover, no âmbito deste Plano e em parceria com várias entidades, um conjunto de ações que têm como objetivo a capacitação dos agentes que desempenham funções de apoio e acolhimento e o envolvimento dos cidadãos imigrantes em atividades de interesse comunitário.

Com a implementação deste projeto, a Câmara Municipal pretende dar uma resposta cada vez mais eficiente ao nível da integração e interculturalidade e contribuir para a sustentabilidade social.

Luís Miguel Correia Antunes



Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Índice

Ficha Técnica.....	4
Agradecimentos	6
Nota de Abertura.....	7
Índice de Tabelas e Figuras.....	11
Índice de Gráficos	13
Lista de Acrónimos	15
1. Enquadramento.....	17
1.1. Introdução.....	18
1.2. Enquadramento Teórico	20
1.3. Enquadramento Sociodemográfico	23
1.3.1. Território	23
1.3.1.1. Caracterização Geográfica	23
1.3.1.2. Indicadores Demográficos	24
1.4. Metodologia.....	27
2. Diagnóstico.....	29
2.1. População Estrangeira no Concelho da Lousã	30
2.3. Análise SWOC.....	34
2.4. Grelha de Prioridades.....	37
2.5. Caraterização dos/as Inquiridos/as	38
2.6. Análise por Área	41
1. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E DE INTEGRAÇÃO PARA IMI-GRANTES E SEUS DESCENDENTES NO MUNICÍPIO	41
2. URBANISMO E HABITAÇÃO	46
3. MERCADO DE TRABALHO E EMPRESARIAL	47
4. EDUCAÇÃO E LÍNGUA	52
5. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO.....	54
6. SAÚDE.....	55
7. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL.....	56
8. CULTURA	58
9. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA.....	59
10. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	63

11. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	63
12. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	65
13. RELIGIÃO	66
3. Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes	67
3.1. Grelha de Problemas Identificados	69
3.2. Dimensão Estratégica	71
3.3. Dimensão Operacional	74
3.3. Modelo de Monitorização e Avaliação	102
3.4. Acompanhamento e Modelo de Governação	105
4. Conclusão	109
5. Referências Bibliográficas e Eletrónicas	110
Anexos	111

Índice de Tabelas e Figuras

Tabelas

Tabela 1: Imigrantes NPT, por nacionalidade, 2011 e 2013, na Lousã....	22
Tabela 2: Comparação dos dados demográficos entre a Região NUT III	25
Tabela 3: Evolução de Indicadores Demográficos do concelho da Lousã, 2001-2011	26
Tabela 4: Distribuição populacional dos imigrantes do concelho da Lousã, segundo o sexo.....	30
Tabela 5: Número de estrangeiros e de naturais do estrangeiro no concelho da Lousã e qual o seu peso no total da população residente	30
Tabela 6: Evolução da população total residente imigrante, por nacionalidade, 2011 e 2013	31
Tabela 7: Distribuição etária da população estrangeira	32
Tabela 8: Análise SWOC para o PMII do concelho da Lousã.....	34
Tabela 9: Grelha de prioridades para a integração dos imigrantes NPT, concelho da Lousã	37
Tabela 10: Serviços Municipais mais procurados pelos Imigrantes.....	41
Tabela 11: Satisfação dos/as Inquiridos/as relativamente ao atendimento nos Serviços Públicos e Municipais	42
Tabela 12: Taxa de emprego/desemprego /atividade da população estrangeira na Lousã, 2011.....	47
Tabela 13: Nível de Escolaridade da população residente, dos estrangeiros UE, dos estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro, concelho da Lousã, 2011.....	52
Tabela 14: Domínio da Língua Portuguesa dos/as Inquiridos/as.....	54
Tabela 15: Nº de utentes por resposta social / instituição de apoio, concelho da Lousã, 2015	56
Tabela 16: Famílias imigrantes NPT, apoiadas no ano de 2014, no âmbito da ação social	57
Tabela 17: Associações que trabalham com imigrantes, concelho da Lousã, 2015	59
Tabela 18: Religiões representadas no concelho da Lousã, 2011	66

Tabela 19: Grelha de Problemas por área de intervenção	69
Tabela 20: Dimensão Estratégica do PMII	71
Tabela 21: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	74
Tabela 22: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO.....	78
Tabela 23: EDUCAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA	80
Tabela 24: URBANISMO E HABITAÇÃO	82
Tabela 25: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL.....	84
Tabela 26: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA.....	86
Tabela 27: MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	88
Tabela 28: CULTURA	90
Tabela 29: CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	92
Tabela 30: SAÚDE	94
Tabela 31: RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	96
Tabela 32: RELAÇÕES INTERNACIONAIS	98
Tabela 33: Religião.....	100

Figuras

Figura 1: Território do concelho da Lousã	23
Figura 2: Organograma do CLAS	106

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução do n.º de Imigrantes NPT, 2011 a 2013, na Lousã..	22
Gráfico 2: Estrutura etária da população da Lousã por género, 2011 ...	26
Gráfico 3: Sexo dos/as Inquiridos/as	39
Gráfico 4: Inquiridos/as por tempo de residência na Lousã	39
Gráfico 5: Estatuto atual de Permanência dos/as Inquiridos/as em Portugal	39
Gráfico 6: Naturalidade dos/as Inquiridos/as	40
Gráfico 7: Nacionalidade dos/as Inquiridos/as.....	40
Gráfico 8: “Deparou-se com algum(s) obstáculo(s) nos serviços públicos/ /municipais?”	43
Gráfico 9: Obstáculos referidos pelos/as Inquiridos/as.....	43
Gráfico 10: Nº de atendimentos do CLAI, entre 2012 e 2014.....	44
Gráfico 11: “Quais as suas principais dificuldades na adaptação à sociedade portuguesa?”	45
Gráfico 12: “ Para a sua integração em Portugal, qual(is) das seguintes opções lhe parece mais necessária?”	46
Gráfico 13: Imigrantes inscritos no Serviço de Emprego da Lousã, janeiro 2015, por nacionalidade.....	48
Gráfico 14: Imigrantes inscritos no Serviço de Emprego da Lousã, janeiro 2015, por idade	48
Gráfico 15: Imigrantes inscritos no Serviço de Emprego da Lousã, janeiro 2015, por nível de escolaridade	49
Gráfico 16: Situação laboral dos/as inquiridos/as	49
Gráfico 17: “ Qual é a sua perceção sobre os empregos em Portugal?”	50
Gráfico 18: “Fez o pedido para as suas qualificações serem reconhecidas formalmente?”	51
Gráfico 19: “ Já completou algum curso de língua portuguesa para estrangeiros?”	53
Gráfico 20: “Já requereu a apoios sociais e outros benefícios fiscais?”	57
Gráfico 21: “Costuma participar em festas/convívios organizados pela sua comunidade de origem?”	58

Gráfico 22: “Considera necessária a criação de uma associação de imigrantes?”	60
Gráfico 23: “Reúne condições para se recensear?”	62
Gráfico 24: “Acha que precisamos de mais deputados municipais de origem imigrante?”	62
Gráfico 25: Situações em que os/as inquiridos/as se sentiram discriminados/as	64

Lista de Acrónimos

- AAAF – Atividades Animação Apoio à Família
- ACM – Alto Comissariado para as Migrações
- AESL – Associação Empresarial Serra da Lousã
- CIM – Comissão Intermunicipal
- CLAII – Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes
- CLAS – Conselho Local de Ação Social
- CML – Câmara Municipal da Lousã
- GAE – Gabinete de Apoio ao Empreendedor
- GAICE – Gabinete de Apoio à Inovação Competitividade e Empreendedorismo
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IMAD – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- IPSS – Instituição particular de Solidariedade Social
- MAPSES – Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social
- NPT – Nacionais de Países terceiros
- PALP – Países Africanos de Língua Portuguesa
- PLP – Países de Língua Portuguesa
- PEE – Projeto Educativo Escolar
- PEL – Plano Educativo Local
- PMII – Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- SWOC – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Constraints (Forças, Fraquezas, oportunidades, Desafios)
- UE – União Europeia
- USF – Unidade de Saúde Familiar



1. ENQUADRAMENTO

1.1. Introdução

O Concelho da Lousã tem, desde 1988, trabalhado numa lógica de parceria, estando esta prática bastante solidificada e assume-se como uma boa prática face à eficácia e eficiência nas intervenções e projetos comunitários que tem sido implementado e executado. Pretende-se com este Plano Municipal de integração dos imigrantes, definir uma estratégia de intervenção assente na temática ligada à imigração com enfoque para os NPT, colocando-a com prioritária na agenda política municipal e, desta forma poder contribuir com um conjunto de medidas que vão ao encontro das necessidades identificadas pelas diversas instituições do concelho e, eventualmente, da região, definindo ações nunca antes implementadas no concelho de uma forma global, envolvendo e responsabilizando os vários parceiros locais, pelo que o mesmo assenta numa metodologia de trabalho participativo e participado.

O presente Plano enquadra-se no âmbito de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal da Lousã à Ação 4 – Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes (PMII), Programa Anual de 2013, com o financiamento do FEINPT (Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros), integrado no Programa-Quadro Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios (SOLID) e visa elaborar um Plano Municipal Estratégico para a Integração dos imigrantes, que compõe um conjunto de ações promotoras de políticas de integração, com especial enfoque nos nacionais de países terceiros.

O Plano Municipal de Integração dos Imigrantes constitui um instrumento de definição conjunta e partilhada, cujo objetivo principal é a promoção da integração dos imigrantes, nacionais de países terceiros, sendo a base a partir do qual se definem os objetivos gerais, específicos, metas, ações, bem como, entidades e recursos a afetar, a partir das quais devem ser desenhadas respostas integradas e eficazes em matéria de acolhimento e integração dos imigrantes e valorização da diversidade.

A elaboração do Plano Municipal é resultante dos diversos fóruns de discussão, cujas propostas incluem duas vertentes: a da redução e/ou minimização dos problemas identificados onde constam as ações/atividades concretas que traduzam o envolvimento ativo e participativo de cada uma das entidades parceiras, no âmbito da sua intervenção, que contribua para a agilização do processo de integração/inclusão e por outro, pensar o planeamento de modo integrado, isto é, não devemos pensar os problemas de

forma isolada, mas no seu conjunto, tendo em consideração todas as dimensões dos problemas e as suas soluções.

Com este Plano pretende-se:

Dotar o município da Lousã de uma política efetiva de acolhimento/integração de cidadãos estrangeiros e de promoção da interculturalidade, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e da dinâmica social local, baseada na solidariedade;

Reforçar a perspetiva de integração dos imigrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas da autarquia, incentivando à disseminação de boas práticas na referida matéria;

Contribuir para que a intervenção técnica seja cada vez mais adequada às necessidades dos imigrantes;

Desenvolver um plano municipal, mobilizando, empoderando, capacitando e apoiando a população imigrante.

O facto do Plano Municipal de Integração dos imigrantes (2015-2017) do Concelho da Lousã ter sido estruturado com base num efetivo trabalho de parceria alargada, proporcionou uma reflexão critico-reflexiva em torno dos principais problemas diagnosticados, dos recursos existentes, conferindo a todos os agentes sociais, incluído os imigrantes, uma postura envolvente, na medida em que assenta nos princípios da responsabilidade e concertação, tendo com vista permitir a efetivação de uma intervenção local integrada e integradora na área da imigração.

O presente Plano estrutura-se da seguinte forma:

Parte I – Nesta parte é apresentado um enquadramento teórico que integra a imigração em Portugal e o CLAI. Neste Capítulo é efetuada uma abordagem quer, em termos quantitativos quer, em termos das políticas subjacentes à integração, bem como enquadramento socio demográfica e geográfica do concelho da Lousã.

Parte II – O Diagnóstico subdivide-se em duas partes:

Numa primeira parte, é feita uma abordagem quantitativa e uma análise SWOC da realidade local, sendo, posteriormente, apresentada uma definição dos problemas e respetivas prioridades.

Numa segunda parte, são analisadas as 13 áreas previamente definidas para a elaboração do Plano Municipal de Integração dos Imigrantes, a saber: Serviços de Acolhimento e Integração / Urbanismo e Habitação/ Saúde /

Solidariedade e Resposta Social; Mercado de Trabalho e Empreendedorismo / Capacitação e Formação/Educação e Língua; Cultura / Cidadania e Participação Cívica / Media e Sensibilização da Opinião Pública / Racismo e Discriminação / Relações Internacionais / Religião.

Parte III– Posteriormente, com base no diagnóstico, é apresentado o Plano Municipal de Integração dos Imigrantes onde a partir da identificação dos problemas são definidos os objetivos estratégicos, específicos, medidas a implementar os indicadores, a/as metas, ações, bem como, entidades e recursos a afetar.

Por último, em jeito de conclusão, é elaborada uma abordagem sistematizada dos aspetos caracterizadores, enquadrados nas dimensões analíticas/empíricas supracitadas das Migrações. Decorrentes da análise conclusiva, foram elaboradas algumas recomendações enquanto instrumento estratégico de delimitação dos eixos prioritários que se enquadram no Plano Estratégico das Migrações.

1.2. Enquadramento Teórico

Conscientes da importância da articulação do Plano Municipal de Integração de Imigrantes com outros planos de âmbito nacional, regional, local e também com os programas operacionais, objeto de financiamento pela União Europeia, e para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que, no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e ações definidas nos diferentes documentos de planeamento, tais como o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), o Plano para a Ação e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) o Plano Para a integração dos Imigrantes (PII) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)

Na sequência do I e do II Planos para a Integração dos Imigrantes, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de maio e pela

Resolução do Conselho de Ministros n.º74/2010, de 12 de agosto, o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º12-B/2015, vem fazer face a novos desafios que se impõem na área as migrações.

“O modelo de governação participada da diversidade cultural de Portugal, mostra-se, pois, aberto à mudança e à evolução com vista à preparação do futuro, prevenindo clivagens e preservando a coesão social, dando resposta aos desafios e oportunidades inerentes à experiência migratória de Portugal. Assim, o desenvolvimento de uma política para as migrações tem, forçosamente, de atender aos principais desafios contemporâneos e enquadrar o seu potencial no desenvolvimento de outras áreas da intervenção pública”. (PEM)

Neste sentido, o PEM está assente em cinco eixos prioritários:

Eixo I – Políticas de integração de imigrantes; Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; Eixo IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

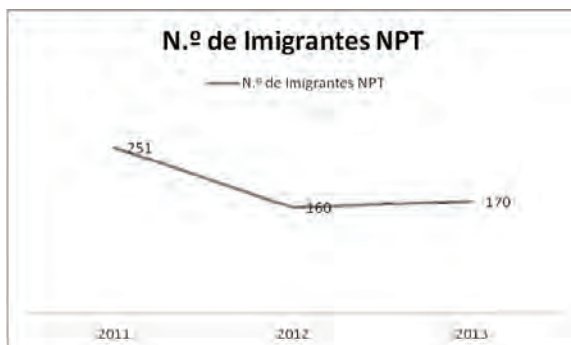
Experiência imigratória do Município

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), nos períodos compreendidos entre 2007 e 2008, o concelho da Lousã assistiu a uma quebra de 81,7% da população imigrante. De acordo com o Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Lousã (2011), esta ocorrência deveu-se, designadamente, aos seguintes fatores: aquisição de estatuto de residente de longa duração (período de 5 anos) e da integração da Polónia na União Europeia, em que uma parte significativa dos ucranianos, devido à proximidade geográfica com a Polónia, saiu de Portugal; por outro lado a não obrigatoriedade da renovação dos títulos de residência por parte dos cidadãos da União Europeia; Carência economia dos cidadãos imigrantes leva à não renovação dos títulos de residência por impedimento da legislação, que exige comprovativo de autossustentência; alterações no sistema de registo, tendo sido modificada a categorização e consequentemente os critérios de contagem.

Esta redução continua a intensificar-se no período entre 2011 e 2013, nomeadamente na população imigrante natural de países terceiros, de 251 para 170 imigrantes, ou seja, na ordem dos 32%, como se pode verificar no gráfico nº1. Esta quebra foi mais marcante nos imigrantes de nacionalidade cabo-verdiana e angolana (gráfico nº 2). A redução de 54 imigrantes de na-

cionalidade cabo-verdiana para sete, deveu-se ao facto de no ano de 2009, a Escola Profissional da Lousã ter assinado um protocolo com os alunos dos PALP, o qual terminou no ano de 2012.

Gráfico 1: Evolução do n.º de Imigrantes NPT, 2011 a 2013, na Lousã



Fonte: SEF

Tabela 1: Imigrantes NPT, por nacionalidade, 2011 e 2013, na Lousã

Nacionalidade	2011			2013		
	Total	H	M	Total	H	M
	251	121	130	170	82	88
Angola	39	16	23	25	9	16
Bielorrússia	4	3	1	4	3	1
Brasil	37	18	19	36	17	19
Cabo Verde	54	24	30	7	4	3
China	39	21	18	34	16	18
Colômbia	1	0	1	1	0	1
Cuba	6	2	4	1	0	1
Estados Unidos da América	2	1	1	4	2	2
Geórgia	1	1	0	1	1	0
Japão	1	1	0	3	1	2
Marrocos	5	1	4	6	3	3
Moçambique	5	2	3	10	7	3
Moldávia	13	7	6	2	1	1
Rússia	2	1	1	5	4	1
São Tomé e Príncipe	6	5	1	1	0	1
Ucrânia	34	17	17	28	14	14
Venezuela	1	0	1	2	0	2
México	1	1	0			

Fonte: SEF

Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante (CLAII)

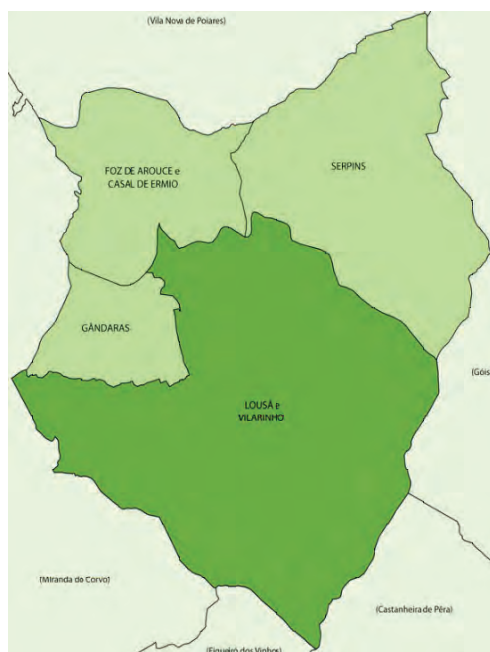
Decorrente do aumento da população imigrante no concelho da Lousã em 2007, a Câmara Municipal da Lousã associou-se, desde janeiro de 2008, ao trabalho realizado pelo Alto Comissariado para Integração e Diálogo Intercultural – ACIDI, I.P. com a implementação de um Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante (CLAII), passando, assim, a integrar a rede nacional de CLAII, cujos objetivos de atuação residem na promoção do acolhimento e integração de proximidade dos imigrantes, garantindo o acesso à informação e agilizando os processos de legalização. Similarmente, pretendeu-se potenciar, a nível local, a organização da articulação entre diferentes entidades para a criação de respostas integradas em diversas áreas, tais como: educação, ação social, emprego, formação e saúde.

1.3. Enquadramento Sociodemográfico

1.3.1. Território

1.3.1.1. Caracterização Geográfica

Figura 1: Território do concelho da Lousã



Fonte: Junta de Freguesia Lousã e Vilarinho

O Concelho da Lousã ocupa uma área territorial de 139,16Km², integra a sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTIII), mais propriamente a Região Centro (NUTII), apresentando-se delimitado a Norte, pelo Município de Vila Nova de Poiares, a Este, pelo Município de Góis, a Oeste, pelo Município de Miranda do Corvo e a Sul pelos Municípios de Castanheira de Pêra e de Figueiró dos Vinhos, estes, já administrativamente integrados no Distrito de Leiria. O Concelho da Lousã tem uma localização privilegiada na Região Centro, uma vez que se encontra próximo da rede viária de distribuição nacional – EN17 e ligações à A1 (Norte/Sul) e aos IC6 e IC7 (Litoral/Interior) e a A13, recentemente construída.

A Lei nº 22/ 2012 de 30 de maio veio a estabelecer a reorganização administrativa territorial das autarquias locais com enfoque nas freguesias, razão pela qual, o concelho da Lousã reduziu o número de freguesias de 6 para 4 com a União de duas freguesias: União das Freguesias de Lousã e Vilarinho, União das Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, mantendo-se territorialmente as Freguesia de Gândaras e Freguesia de Serpins.

Em termos físicos, o concelho da Lousã apresenta uma morfologia bastante diferenciada, marcada pela serra da Lousã no seu sector sudeste, a qual representa a extremidade sudoeste que integra o mais importante bloco montanhoso do país, a Cordilheira Central, e pela bacia da Lousã no sector central, uma das bacias situadas no sopé da Cordilheira Central e onde reside a esmagadora maioria dos habitantes do território concelhio.

1.3.1.2. Indicadores Demográficos

A Lousã é um concelho com uma dinâmica demográfica positiva, conforme revelam os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). De acordo com os levantamentos censitários tem-se verificado um acréscimo populacional, sendo a população residente em 2011 de 17 604 habitantes. Esta dinâmica positiva contraria a regressão demográfica sentida na Nomenclaturade Unidade Territorial III (NUTIII) Pinhal Interior Norte, onde a Lousã se enquadra. No que concerne à distribuição intra-concelhia da população, releva a importância da sede de concelho, como principal ponto de concentração populacional, sendo a União das Freguesias de Lousã e Vilarinho a mais populosa [13 056 habitantes].

Tabela 2: Comparação dos dados demográficos entre a Região NUT III

Anos	Região Centro	Pinhal Interior Norte	Lousã
2001	2 339 561	137 167	15 753
2011	2 327 026	131 199	17604

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Pela análise demográfica do concelho da Lousã e, tendo por base os dados dos censos de 2001, (15753 habitantes) comparativamente com os dados dos censos de 2011 (17604 habitantes), verificou-se um crescimento demográfico de cerca de 17%. A população total residente no concelho em 2011, representava cerca de 13% da população total residente na NUTS III -Pinhal Interior Norte, registando um dos maiores crescimentos do distrito de Coimbra, que observou uma quebra demográfica média de 3,56 %. A densidade populacional do concelho é de 125,2 (nº/km²)¹ (INE-Estimativas anuais da população residente - 2013).

A posição de proximidade a Coimbra, permite entender a urbanização que tem vindo a ocorrer nesta freguesia, destacando-se, assim, a importância que as relações funcionais a Coimbra têm tido na procura crescente de habitação em função dos valores praticados na maior cidade do Centro do país (Projeto Educativo Local|Análise Preliminar, 2014).

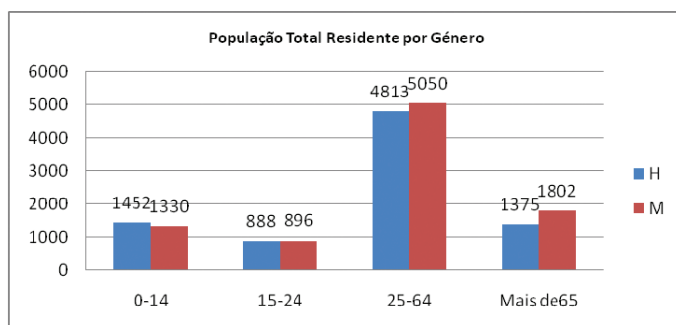
¹ Portugal – 113,1 (n.º/km²).

Tabela 3: Evolução de Indicadores Demográficos do concelho da Lousã, 2001-2011

Indicadores Demográficos	2001	2011	% Variação
Aumento da população residente - Crescimento populacional positivo	15753 habitantes	17604 habitantes	(+) 11,7%
Decréscimo da natalidade	12,1	9,5	(-) 2,6%
Diminuição da taxa de fecundidade	48,6	38,5	(-) 10,15
Redução da mortalidade Aumento da longevidade	12,2	8,2	(-) 4%
Índice de envelhecimento	118	116,70	(-) 2,70%
Aumento do nº de idosos + 65 anos	2677	3177	(+) 18,6%
Decréscimo da população jovem 15-24 anos	2118	1784	(-) 15,7%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Gráfico 2: Estrutura etária da população da Lousã por género, 2011



Fonte: Diagnóstico Social 2013

De forma resumida, são apresentados no quadro e gráficos alguns dos indicadores que apontam por um equilíbrio do ponto de vista demográfico, apesar de se registar uma baixa natalidade e um decréscimo na população entre os 15-24 anos, situação que poderá vir a refletir-se num futuro próximo, ao nível revitalização geracional.

1.4. Metodologia

Para a elaboração do PMII contámos com a colaboração dos parceiros locais no âmbito da Rede Social e outros parceiros que foram considerados agentes privilegiados na identificação das necessidades na integração e acolhimento dos imigrantes. No entanto, este projeto só teria sentido com a envolvimento dos próprios, que participaram nas diferentes fases, desde o diagnóstico, a conceção e a avaliação, com o compromisso da Câmara Municipal, em coordenar e dinamizar o presente Plano, procurando estabelecer um pacto de cooperação e conjugação de esforços, visando em especial uma atuação concertada, eficaz e integrada com fins integradores.

O conhecimento da realidade local, baseado na análise documental, consistiu na pesquisa teórica sobre a realidade social do concelho da Lousã, enquadrado numa região PIN (Pinhal Interior Norte), recorrendo a estudos, relatórios e outros documentos que forneceram dados acerca desta temática, nomeadamente: Instituto Nacional de Estatística; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Diagnóstico Social do Concelho da Lousã, atualizado de 2012 (aprovado em 2013); Observatório para a Imigração do Alto Comissariado para as Migrações.

Recorreu-se igualmente aos dados conclusivos do Estudo diagnóstico da população Imigrante Nacionais de Países Terceiros, residente no concelho da Lousã, realizado em 2011, que teve como base uma candidatura ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, I.P. sendo este enquadrado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, no âmbito do Programa Geral “Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios” – FEINPT.

O Plano Municipal de Integração dos Imigrantes foi elaborado tendo por base a aplicação de uma metodologia participativa e dinâmica, assente na constituição de três Grupos de Trabalho

Grupo A -Serviços de Acolhimento e Integração / Urbanismo e Habitação/ Saúde / Solidariedade e Resposta Social

Grupo B-Mercado de Trabalho e Empreendedorismo / Capacitação e Formação/Educação e Língua

Grupo C-Cultura / Cidadania e Participação Cívica / Media e Sensibilização da Opinião Pública / Racismo e Discriminação / Relações Internacionais / Religião

A recolha e análise dos dados para o inquérito do IMAD aplicado ao Município, USF Serra da Lousã e Agrupamento de Escolas da Lousã, foram uma fonte de informação bastante útil, na medida em que permitiu fazer uma primeira caracterização do estado de arte da integração dos imigrantes no Município.

Com vista a dotar os Grupos de Trabalho de organização e dinâmica foram construídos os seguintes instrumentos de trabalho: Análise SWOC e Grelha de Prioridades por área.

Como estratégia de aproximação aos imigrantes NPT, devido à sua dispersão pelas várias freguesias no concelho, foi realizado um Encontro de Imigrantes com animação, onde os próprios imigrantes puderam apresentar algumas das suas culturas, tendo contemplado também um lanche multicultural partilhado. Esta iniciativa teve muito sucesso, onde participaram cerca de 40 imigrantes, pois serviu de ponto de partida para a envolvência dos imigrantes no projeto, nesta fase de diagnóstico.

Para recolha de dados junto dos imigrantes NPT, definiu-se a aplicação de um inquérito por questionário. Segundo dados do SEF de 2013, o universo desta população era constituída por 170 indivíduos, neste sentido, aplicaram-se inquéritos a 30% deste universo, ou seja, a 58 imigrantes, abrangendo uma diversidade de nacionalidades a saber: angolana; cabo-verdiana; moçambicana; guineense; russa; ucraniana; moldava; bielorrussa; japonesa; cubana; peruana; colombiana; chinesa e brasileira.

Para complementar os dados quantitativos, realizaram-se três focus group aos imigrantes NPT, optando-se por fazer um com imigrantes originários dos PLP [N=9; 2 brasileiros, 2 cabo-verdianos, 2 angolanos, 2 moçambicanos e 1 guineense] e outro com imigrantes originários dos países de leste [N=4; 3 imigrantes ucranianos e 1 imigrante colombiano]. Este último focus group teve pouca adesão porque coincidiu com os preparativos para a festa da Páscoa ortodoxa, tendo por isso sido realizado um outro, onde estiveram presentes três imigrantes [1 ucraniana, 1 russa e 1 cubana]. No total foram entrevistados 16 imigrantes.

No decurso das reuniões dos Grupos de Trabalho, optou-se pela aplicação de técnicas interativas, promovendo espaços propícios ao debate e à consensualidade, o que proporcionou uma análise reflexiva e o preenchimento dos respetivos instrumentos e grelhas, e consecutivamente a definição dos Eixos Orientadores do Plano Municipal de Integração de Imigrantes.



2. DIAGNÓSTICO

2.1. População Estrangeira no Concelho da Lousã

Segundo os censos de 2011, a proporção de população residente, de nacionalidade estrangeira era de 2,9%, correspondente a 524 estrangeiros, e em 2013, dados estatísticos do SEF era de 2,4%, não havendo uma variação muito significativa entre homens e mulheres como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 4: Distribuição populacional dos imigrantes do concelho da Lousã, segundo o sexo

	Homens	Mulheres	Fontes
Total da população	48,4%	51,6%	Censos 2011
Estrangeiros	49,9%	50,1%	SEF 2013
Estrangeiros UE	50,8%	49,2%	SEF 2013
Estrangeiros não-UE	48,6%	51,4%	SEF 2013
Naturais do estrangeiro	48,1%	51,9%	Censos 2011

Tabela 5: Número de estrangeiros e de naturais do estrangeiro no concelho da Lousã e qual o seu peso no total da população residente

Nº de estrangeiros	524
% de estrangeiros por total de residentes	2,9%
Nº de naturais do estrangeiro	1.226
% de naturais do estrangeiro por total de residentes	7,0%

Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com os dados de registo do INE e SEF, a população imigrante no Concelho da Lousã registou, nos períodos compreendidos entre 2011 e 2013, uma redução muito significativa, com menos 104 estrangeiros (-19,7%) sendo mais evidente nos imigrantes nacionais de países africanos, onde se verificou uma redução de 109 (20,8%) para 46 (10,9%) manifestando-se sobretudo nos naturais de Cabo Verde e Angola.

Ao contrário, o acolhimento de nacionais de países da EU aumentou entre 2011 e 2013. Este grupo de estrangeiros representava, em 2011, 62,25% da população estrangeira e em 2013, passou para 70,1%, um acréscimo de

mais 12,1%, razão pela qual, os estrangeiros residentes no concelho da Lousã são, na sua maioria, provenientes de países da EU com maior enfoque nos naturais do Reino Unido, da Roménia, Ucrânia e da Alemanha, como se pode demonstrar pela tabela seguinte:

Tabela 6: Evolução da população total residente imigrante, por nacionalidade, 2011 e 2013

	Censos 2011				SEF 2013			
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total	
	N	N	N	%	N	N	N	%
Total Distrito	6299	6217	12516	100	5622	5765	11387	100
Total Concelho	265	259	524	100	210	211	421	100
Reino Unido	52	36	88	16,8	49	40	89	21,1
Roménia	45	45	90	17,1	26	32	58	13,8
Ucrânia	17	17	34	6,5	14	14	28	6,6
Alemanha	17	20	37	7,0	19	20	39	9,3
Holanda	10	5	15	2,9	12	3	15	3,6
Moldávia	7	6	13	2,5	7	3	10	2,4
Outros países da UE	26	23	49	9,4	26	99	125	29,7
Subtotal países da UE	174	152	326	62,2	153	142	295	70,1
Angola	16	23	39	7,5	9	16	25	5,9
Cabo Verde	24	30	54	10,3	4	3	7	1,6
São Tomé e Príncipe	5	1	6	1,1	4	1	5	1,2
Moçambique	2	3	5	1,0	3	3	6	1,4
Outros países africanos	1	4	5	1,0	1	2	3	0,6
Subtotal países Africanos	48	61	109	20,8	21	25	46	10,7
China	21	18	39	7,5	16	18	34	8,1
Outros países asiáticos	1	1	2	0,4	1	1	2	0,5
Subtotal países asiáticos	22	19	41	7,8	17	19	36	8,6
Brasil	18	19	37	7,0	17	19	36	8,6
Outros países americanos	3	8	11	1,2	2	6	8	1,8
Subtotal países americanos	21	27	48	9,2	19	25	44	10,4

Fonte: INE (Censos 2011); SEF (2013)

Relativamente aos nacionais de países terceiros, na sua maioria, são provenientes do Brasil, China e Angola. Verificamos que, entre 2011 e 2013, o número de nacionais provenientes da Ásia e de outros países da América aumentam ligeiramente, com enfoque nos do Brasil e China.

Tabela 7: Distribuição etária da população estrangeira

Grupos etários	Residentes com nacionalidade estrangeira (%)	Residentes com naturalidade estrangeira (%)	Residentes com nacionalidade Portuguesa (%)
0-9 anos	6,9%	2,2%	10,4%
10-19 anos	10,6%	9,7%	10,4%
20-29 anos	16,3%	12,2%	10,7%
30-39 anos	20,5%	27,4%	17,3%
40-49 anos	17,9%	23,7%	15,1%
50-59 anos	10,6%	11,6%	12,2%
60-69 anos	11,6%	7,8%	10,8%
70 e mais anos	5,5%	5,3%	13,0%
Total (N)	508	1.226	17.096

Fonte: INE, Censos 2011

Quanto ao grupo etário, a maioria situa-se no grupo etário entre os 30 e os 49 anos caracterizando-se por isso por uma população ativa e jovem.

A partir do estudo da população imigrante do concelho da Lousã, realizado em 2011, na **dimensão familiar**, conclui-se o seguinte:

- Os imigrantes inquiridos são na sua maioria originários de Angola, Brasil, Cabo Verde, Ucrânia e China. Contudo, realça-se a predominância de angolanos e brasileiros.
- Os membros dos agregados familiares são maioritariamente naturais de outros países, maioritariamente: angolanos, brasileiros, cabo-verdianos e ucranianos. Contudo, verifica-se que alguns dos membros nasceram em Portugal, nomeadamente nos Concelhos de Coimbra e da Lousã.
- Os homens, ainda que ligeiramente, registam maior representatividade do que as mulheres, o que segue a tendência observada a nível nacional.
- O grupo etário mais representativo é o de 25-44 anos, caracterizando-

-se por ser uma população jovem, em idade ativa, o que permite dizer que a comunidade imigrante inquirida é jovem.

- *Os membros que compõem os agregados familiares são maioritariamente solteiros, o que poderá estar associado ao facto de ser uma população jovem.*
- *A maioria dos inquiridos refere não ter familiares dependentes no país, o que poderá estar relacionado com o facto de muitos deles serem solteiros, ou então, pelo facto de residirem em Portugal com a família, designadamente cônjuge e filhos/as.*

Outras das conclusões do estudo efetuado foi ao nível das Trajetórias Migratórias, a saber: a maioria dos imigrantes inquiridos, com enfoque para os angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ucranianos e chineses, chegaram a Portugal no período compreendido entre 2000-2009, pelo que a sua fixação no Concelho da Lousã, já não é muito recente; a maioria destes imigrantes não demonstrava pretensão em imigrar para outro país. Os que referem essa intenção, pretendem essencialmente regressar ao seu país de origem, situação que se veio a verificar a partir de 2011; Uma parte mais significativa dos imigrantes inquiridos refere ainda não ter regressado ao país de origem, após a sua vinda para Portugal. Anotam como principais motivos as razões económicas e o facto de terem chegado recentemente a Portugal.

Como principais motivos da sua vinda para Portugal apontam questões de ordem económica, designadamente os brasileiros e ucranianos; estudarem, na sequência da obtenção de bolsa de estudo, com enfoque para os cabo-verdianos. Outros motivos também importantes são: (re) unificação familiar; proximidade com a cultura e conhecimento da língua portuguesa, designadamente os angolanos, brasileiros e cabo-verdianos; e para outros, o principal motivo foi a guerra colonial.

2.3. Análise SWOC

Tabela 8: Análise SWOC para o PMII do concelho da Lousã

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um CLAI; - Eventual aprovação do PMII; - Envolvimento e recursos de vários parceiros e de diferentes áreas; - Respostas associativas em várias áreas; - Candidatura aprovada para aprendizagem da língua portuguesa por uma entidade formadora certificada; - Disponibilidade de intérprete voluntário para o contacto com os chineses; - A proximidade dos serviços junto dos imigrantes e o facto dos descendentes de imigrantes participarem em atividades socioeducativas, são veículos facilitadores para o estabelecimento de contactos; - O Município tem condições que permitem que os imigrantes tenham oportunidade de participar com os seus saberes; - Recurso “folha anexa à fatura da água” para divulgação de algumas iniciativas que envolvem a população imigrante; - A maioria dos imigrantes encontra-se na idade ativa (30-40 anos); - Parceria com a Dueceira, a qual tem parceiros formais com alguns países terceiros (Cabo Verde, Moçambique, Brasil, Timor e S. Tomé e Príncipe). 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de comunidades de imigrantes bastante fechadas, identificam-se apenas com os seus pares; - Pouca disponibilidade da comunidade chinesa para a participação no projeto, pelo facto destes terem horários de trabalho muito prolongados (comerciantes), - Dificuldade em identificar e estabelecer contactos com os imigrantes devido ao facto de não estarem associados (dispersos na comunidades ou em situação ilegal); - Respostas fragmentadas por parte das entidades (nomeadamente na aprendizagem da língua portuguesa, eventos culturais e nas suas práticas de acolhimento); - Falta de visibilidade do CLAI; - Pouca divulgação da aprendizagem da língua portuguesa para estrangeiros.

(Continua)

(Continuação)

Oportunidades	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um Encontro para os Imigrantes; - Promoção e valorização do Município para captação e fixação de imigrantes; - Retenção e potenciação do capital humano imigrante (e.g. empreendedores qualificados); - Aprofundamento da rede de parcerias com entidades públicas e privadas- Criação do Núcleo da Imigração; - Promoção do associativismo junto das comunidades imigrantes- Criação de uma Associação de Imigrantes; - Os imigrantes são um veículo importante para as empresas exportadoras, na partilha da experiência do funcionamento dos seus países de origem, podendo criar, desta forma, o seu posto de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - O contexto de crise económica do país reflete-se ao nível do concelho, nomeadamente no aumento de desemprego, que conduz à mobilidade dos imigrantes para outros países, pelo que há necessidade de promover a sua fixação; - Fixação dos imigrantes e dos descendentes de imigrantes no concelho através do reforço de medidas de integração e inclusão cívica; - Envelhecimento da população, diminuição da população jovem (15-24 anos), decréscimo da natalidade e diminuição da taxa de fecundidade; - Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos imigrantes (e.g. tradução de documentos, promoção da interculturalidade); - Sensibilização dos empresários que se encontram em situação ilegal através de ações em parceria com o SEF e ACT.

Esta análise resultou de uma avaliação dos problemas em conjunto com os parceiros do projeto, permitindo ficar com uma visão do ambiente interno e do ambiente externo relativamente à implementação do PMII no concelho da Lousã.

A opção de utilizar a análise SWOC e não a análise SWOT, deveu-se ao facto de encararmos as ameaças como desafios.

*Relativamente às **Forças**, destaca-se o envolvimento e os recursos de vários parceiros de diferentes áreas de intervenção, bem como a existência de um CLAI no município. Contudo, esta força não está a ser potencializada dada a sua falta de visibilidade na comunidade. Como **Fraquezas**, evidencia-se a dificuldade em identificar e estabelecer contacto com os imigrantes NPT, devido à sua dispersão na comunidade e, as respostas fragmentadas por parte das entidades no ensino da língua portuguesa e nas suas práticas de acolhimento.*

*No que diz respeito às **Oportunidades**, a promoção do associativismo, através da criação de uma associação de imigrantes, poderá ser um meio facilitador da integração e da adaptação do imigrante à sociedade portu-*

*guesa, sendo a associação um ponto de encontro, de informação e de orientação. A promoção e valorização do Município tem captado alguns imigrantes que procuram a tranquilidade e o contacto com a natureza, podendo-se criar meios de fixação destes imigrantes no concelho. Apresentam-se como **Desafios** a elevada taxa de desemprego dos imigrantes, com enfoque nos imigrantes NPT, tendo que se apostar na potenciação do capital humano imigrante e criar incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego. Outro dos desafios passa pela melhoria da qualidade nos serviços prestados ao imigrante, havendo a necessidade de formar os profissionais, traduzir e simplificar os documentos e sensibilizar para a interculturalidade.*

2.4. Grelha de Prioridades

Tabela 9: Grelha de prioridades para a integração dos imigrantes NPT, concelho da Lousã

Grelha de Prioridades [17 respostas ²]			
Problemas	Grau de Prioridade		
	Pouco Prioritário	Prioritário	Muito Prioritário
Inexistência de promoção de campanhas de sensibilização para a integração de imigrantes e seus descendentes.		8	9
Pouca informação institucional disponibilizada noutras línguas para além do português.		8	9
Falta de formação que reforce as competências interculturais dos/as funcionários/as e/ou técnicos/as das instituições públicas e privadas do município.	1	8	7
Falta de disseminação de boas práticas.	4	10	3
Inexistência de medidas/programas de incentivo ao empreendedorismo imigrante.	3	8	5
A aprendizagem da língua portuguesa é feita de forma informal, não garantindo a certificação escolar.	2	4	10
O agrupamento de escolas não disponibiliza a disciplina de Português como Língua Não Materna.	3	8	4
Inexistência no agrupamento de escolas de promoção de ações de formação ou de sensibilização com vista à capacitação no âmbito das competências interculturais	1	10	5
Iniciativas de sensibilização dirigidas a jornalistas dos <i>media</i> locais sobre a forma de veicular a informação sobre a imigração ou diversidade cultural.	2	12	3
Inexistência de promoção de campanhas de sensibilização para a diversidade cultural.	1	12	2
Inexistência de iniciativas de informação/sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral dos imigrantes.	5	8	4
Falta de iniciativas para incentivar a participação dos imigrantes na esfera política.	7	5	5

(*Continua*)

² Foram enviadas 25 grelhas para os parceiros do Projeto, mas foram apenas devolvidas 17 respostas.

(Continuação)

Inexistência de promoção de campanhas de sensibilização contra a discriminação e a xenofobia.	2	7	8
No agrupamento de escolas não há uma estratégia de combate a comportamentos discriminatórios em contexto escolar.	2	10	5
Inexistência de políticas ou projetos para promover as relações com os países de origem das suas comunidades imigrantes residentes.	2	8	6
O Município não tem uma política de atração de imigrantes.	2	9	4
Inexistência de iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso.	9	6	1

Esta grelha de prioridades foi elaborada com base nos problemas identificados no âmbito do inquérito por questionário do IMAD e no âmbito das reuniões dos grupos de trabalho, tentando percorrer as treze áreas definidas pelo ACM.

Numa primeira fase, este instrumento permitiu priorizar os problemas para o PMII, para que se pudesse definir estratégias e medidas de acordo com as necessidades existentes.

Esta grelha serviu também de base para a elaboração do inquérito por questionário aplicado aos imigrantes NPT. O processo da sua aplicação deparou-se com alguns obstáculos, nomeadamente a dispersão dos imigrantes, sendo, por vezes, difícil conseguir contactos. Estes foram conseguidos através das redes informais e dos parceiros. Outro dos obstáculos foi a barreira linguística, no caso dos imigrantes chineses, o qual foi ultrapassado através da colaboração, como intérprete, de uma parceira com conhecimentos de mandarim.

2.5. Caraterização dos/as Inquiridos/as

Fazendo uma breve caraterização da população inquirida no questionário aplicado no âmbito do projeto “Lousã convida à Integração”, foram inquiridos 57 indivíduos, sendo 41 do sexo feminino e 16 do sexo masculino. As suas idades situam-se entre os 21 e os 85 anos, com uma média de 42,3 anos.

Gráfico 3: Sexo dos/as Inquiridos/as

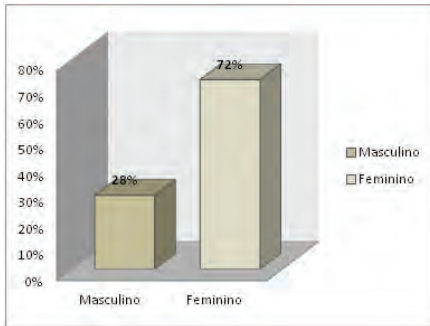
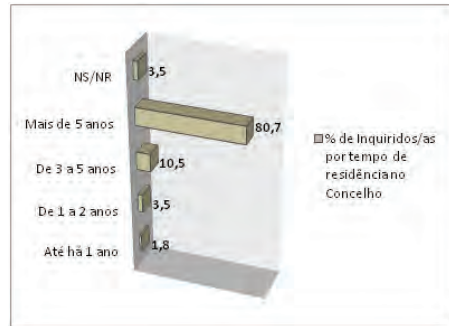


Gráfico 4: Inquiridos/as por tempo de residência na Lousã



Do total de inquiridos/as, 81% reside há mais de cinco anos no Concelho e 86% possui autorização de residência permanente. Este registo permite-nos ler que a maioria dos imigrantes do concelho é imigrante de “longa duração”, tendo chegado há menos de um ano apenas dois por cento. Este cenário vai ao encontro do decréscimo significativo de imigrantes a que se assistiu entre 2011 e 2013 anteriormente referido.

Gráfico 5: Estatuto atual de Permanência dos/as Inquiridos/as em Portugal

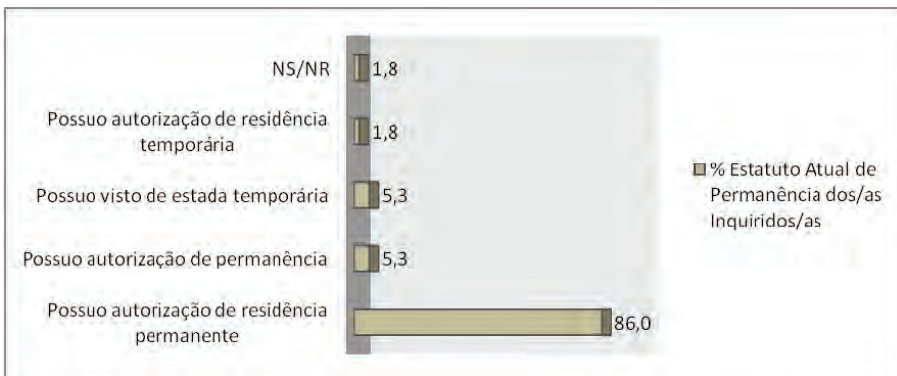


Gráfico 6: Naturalidade dos/as Inquiridos/as

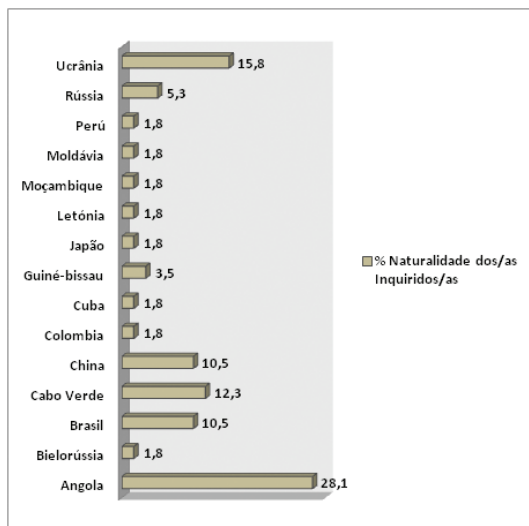
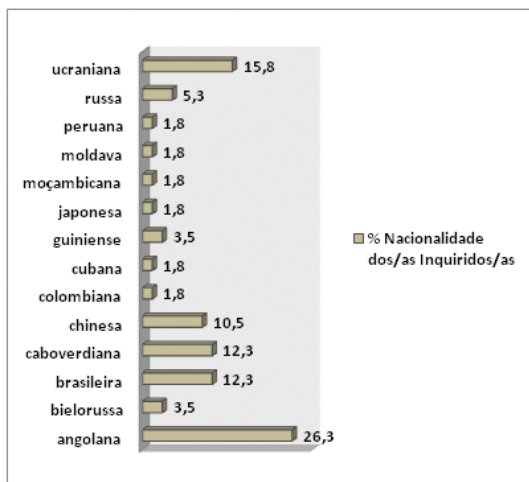


Gráfico 7: Nacionalidade dos/as Inquiridos/as



Dos imigrantes inquiridos, destacam-se os que têm naturalidade angolana (28%), naturalidade ucraniana (16%), naturalidade caboverdiana (12%), naturalidade chinesa (11%) e naturalidade brasileira (11%). Relativamente à nacionalidade, quase na mesma proporção, temos 26% de imigrantes angolanos, 16% de imigrantes ucranianos, 12% de imigrantes caboverdianos, 12% de imigrantes brasileiros e 11% de imigrantes chineses.

2.6. Análise por Área

1. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E DE INTEGRAÇÃO PARA IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES NO MUNICÍPIO

Tabela 10: Serviços Municipais mais procurados pelos Imigrantes

<i>Designação do serviço</i>	<i>Valências do serviço</i>	<i>Ano de criação</i>
<i>CLAI</i>	Atendimento, Aconselhamento, Informações de forma a agilizar os processos de legalização. Articulação com o Gabinete de Ação Social e Educação.	2008
<i>Serviço local SEF</i>	Emissão de certidão de registo de cidadãos estrangeiros europeus residentes no Concelho.	2006
<i>Espaço Cidadão</i>	Balcão Multisserviços de 2ª geração (BMS). A aprovação resultou da visita dos representantes da Agência para a Modernização Administrativa, IP (AMA). Esta valência disponibiliza aos munícipes 79 serviços da responsabilidade de 12 entidades	2014
<i>Espaço Internet</i>	Utilização de equipamento informático com acesso à Internet de forma gratuita.	1999

Fonte: CML

Os serviços municipais acima apresentados são os mais frequentados e procurados pelos imigrantes, tanto pela procura de informação, como pela procura de apoio social, legal e administrativo.

Conforme se pode verificar pelo quadro acima, nº de atendimentos registados em plataforma do CLAI entre os anos de 2012 e 2014, não é muito significativo. Este fator pode estar associado ao facto de muitos dos imigrantes não conhecerem este serviço, conforme referido nos inquéritos, instrumento de trabalho do estudo da População imigrantes no Concelho da Lousã em 2011, e no questionário lançado aos imigrantes recentemente para a elaboração deste plano, pelo o facto de este serviço estar integrado no Gabinete de Ação Social, e desta forma não identificarem este como CLAI.

Relativamente às solicitações, na sua maioria, recorrem a este serviço para solicitar apoio social e apoio no processo de legalização sendo que para o primeiro recorrem mais imigrantes nacionais de países terceiros e para o segundo, recorrem a este serviço mais os cidadãos da UE para emissão de certidões de registo de residência do Cidadão da União Europeia, serviço que a autarquia presta desde 2008.

Como o CLAI não tem muita visibilidade enquanto centro de apoio à integração, a maioria dos inquiridos não tem conhecimento da sua existência, sendo importante a aposta na sua divulgação e dinamização junto da população imigrante.

No inquérito aplicado, os/as inquiridos/as foram questionados/as sobre a sua satisfação relativamente ao atendimento nos serviços municipais e públicos no concelho.

Tabela 11: Satisfação dos/as Inquiridos/as relativamente ao atendimento nos Serviços Públicos e Municipais

Serviços Públicos/Municipais	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito
	%	%	%	%
Câmara Municipal da Lousã	24,6	49,1	14,0	1,8
Juntas de Freguesia	24,6	47,4	5,3	1,8
CLAI Lousã	8,8	7,0	3,5	1,8
Centro de Saúde da Lousã	33,3	42,1	14,0	3,5
Segurança Social- Serviço Local da Lousã	14,0	49,1	22,8	3,5
Agrupamento de Escolas da Lousã	24,6	40,4	3,5	1,8
Serviço de Emprego da Lousã	5,3	50,9	17,5	8,8
Serviços Judiciais	14,0	31,6	7,0	5,3
GNR	14,0	19,3	10,5	5,3
Repartição de Finanças	12,3	54,4	10,5	1,8
SEF	12,3	52,6	12,3	7,0

Os imigrantes mostraram maior satisfação com o Agrupamento de Escolas da Lousã, com as Juntas de Freguesia e com a Câmara Municipal (25%) e apresentaram maior insatisfação com o Serviço de Emprego da Lousã (9%) e com o SEF (7%).

Gráfico 8: “Deparou-se com algum(s) obstáculo(s) nos serviços públicos/municipais?”

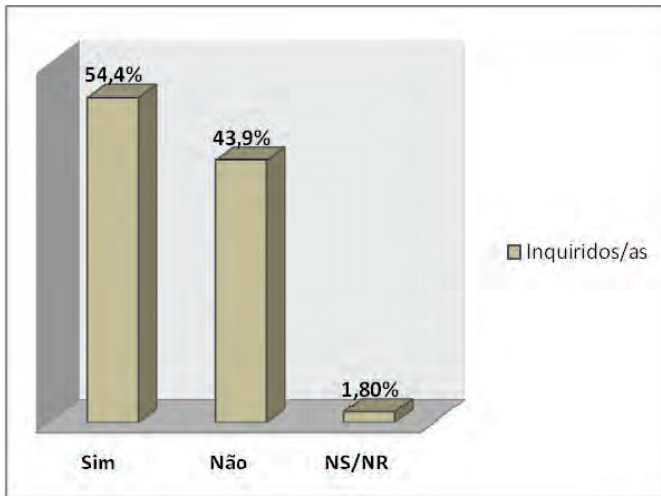
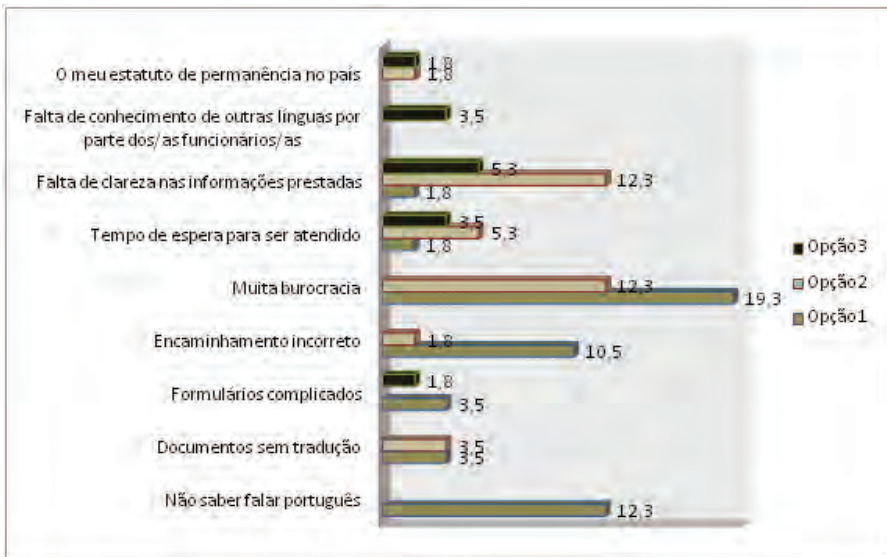
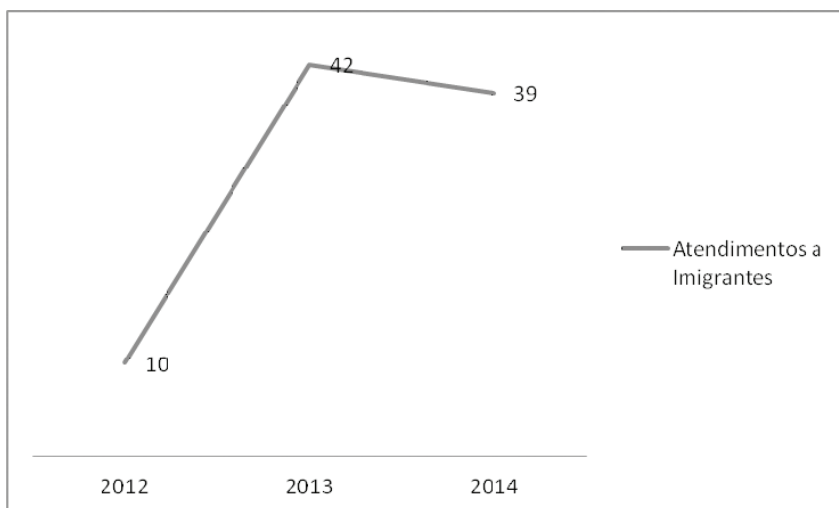


Gráfico 9: Obstáculos referidos pelos/as Inquiridos/as



Relativamente à questão sobre se já se tinham deparado com algum obstáculo nos serviços, 54% dos inquiridos respondeu que sim, apresentando como principais obstáculos, muita burocracia (19,3%), não saber falar português (12,3%) e falta de clareza nas informações prestadas (12,3%).

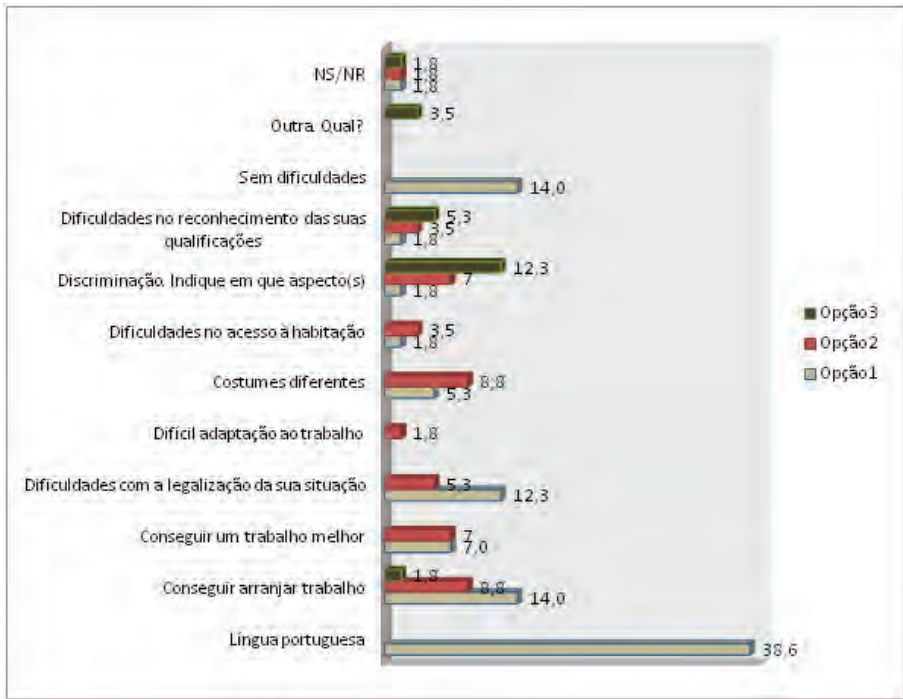
Gráfico 10: Nº de atendimentos do CLAI, entre 2012 e 2014



Fonte: Plataforma Rede CLAI

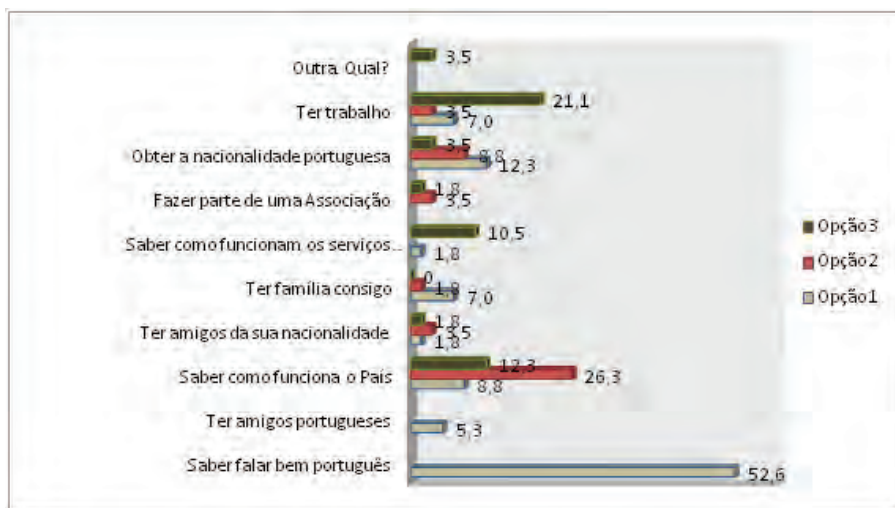
Em 2012 registaram-se apenas 10 atendimentos, contudo, este número não corresponde aos atendimentos reais, dado que não era efetuado o seu registo na Plataforma de forma regular, por outro lado, só a partir de 2013 é que o atendimento para emissão da certidão de registo de cidadãos estrangeiros da União Europeia passou a ser efetuado neste serviço, tendo o número de atendimentos aumentado significativamente, passando para 42, tendo vindo a manter-se, com uma ligeira oscilação em 2014.

Gráfico 11: “Quais as suas principais dificuldades na adaptação à sociedade portuguesa?”



As principais dificuldades apontadas pelos imigrantes na sua adaptação à sociedade portuguesa foram a língua portuguesa (38,6%), a legalização da sua situação (12,3%) e a discriminação (12,3%). Os inquiridos/as que responderam “Outra”, referiram como dificuldade o facto de serem de religião muçulmana e a dificuldade em manterem o seu negócio no concelho.

Gráfico 12: “ Para a sua integração em Portugal, qual(is) das seguintes opções lhe parece mais necessária?”



Como principais aspetos facilitadores à integração social os imigrantes referiram em primeiro lugar “saber falar bem português” (26,6%), em segundo lugar “saber como funciona o país” (26,3%) e, em terceiro lugar “ter trabalho” (21,1%). Pode-se apurar que a aprendizagem da língua portuguesa é o principal entrave à integração dos imigrantes, não respondendo as respostas existentes no concelho a esta necessidade, como poderemos ver na área da Educação e Língua.

Naturalmente que tais dificuldades foram sendo ultrapassadas e, atualmente, já são sentidas por um número menor de imigrantes inquiridos.

2. URBANISMO E HABITAÇÃO

De acordo com o estudo diagnóstico, realizado em 2011, a maioria dos imigrantes inquiridos residiam maioritariamente nas Freguesias da Lousã e das Gândaras, revelando, assim, uma tendência de fixação nas zonas mais centrais do Concelho da Lousã.

A maioria dos imigrantes inquiridos reside em alojamento arrendado no mercado privado formal e/ou próprio. A maioria dos alojamentos são apartamentos e/ou moradias com as condições mínimas de habitabilidade e conforto, o que significa que a comunidade imigrante inquirida, na sua maioria,

habita em condições condignas, sendo este fator importante à sua integração social. Contudo, observa-se que alguns deles, ainda que, em minoria, residem em regime de subarrendamento.

Neste sentido, a área do urbanismo e habitação, não é considerada uma área prioritária no PMII, dado que os imigrantes têm acesso fácil à habitação, tanto para compra como para arrendamento.

3. MERCADO DE TRABALHO E EMPRESARIAL

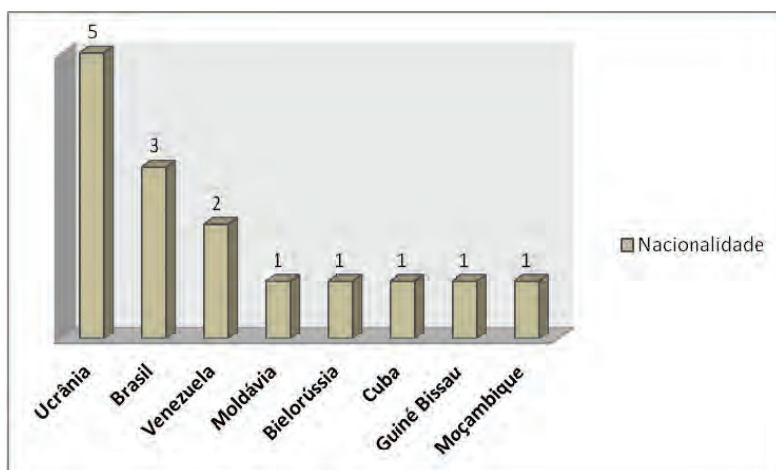
Tabela 12: Taxa de emprego/desemprego /atividade da população estrangeira na Lousã, 2011

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	89,0%	11,0%	55,9%
Estrangeiros UE	92,4%	7,6%	42,8%
Estrangeiros não-UE	82,3%	17,7%	54,2%
Naturais do estrangeiro	88,7%	11,3%	63,9%

Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com a tabela 11, podemos verificar que a taxa de desemprego na população estrangeira não Europeia situa-se nos 17,7%, valor este superior a taxa total da população que é de 11%.

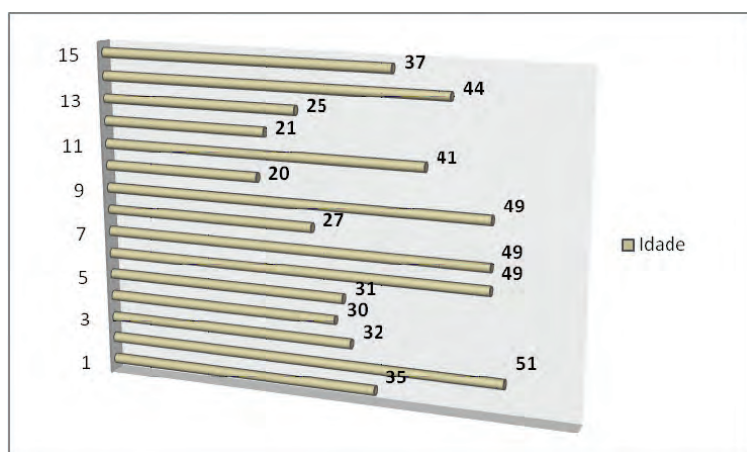
Gráfico 13: Imigrantes inscritos no Serviço de Emprego da Lousã, janeiro 2015, por nacionalidade



Fonte: IEFP – Serviço de Emprego da Lousã

Segundo dados do Serviço de Emprego da Lousã, em janeiro de 2015, encontravam-se registados 15 imigrantes nacionais de países terceiros em situação de desemprego. Cinco são de origem ucraniana, três de origem brasileira, dois de origem venezuelana e os restantes têm nacionalidade moldava, bielorrussa, cubana, guineense e moçambicana.

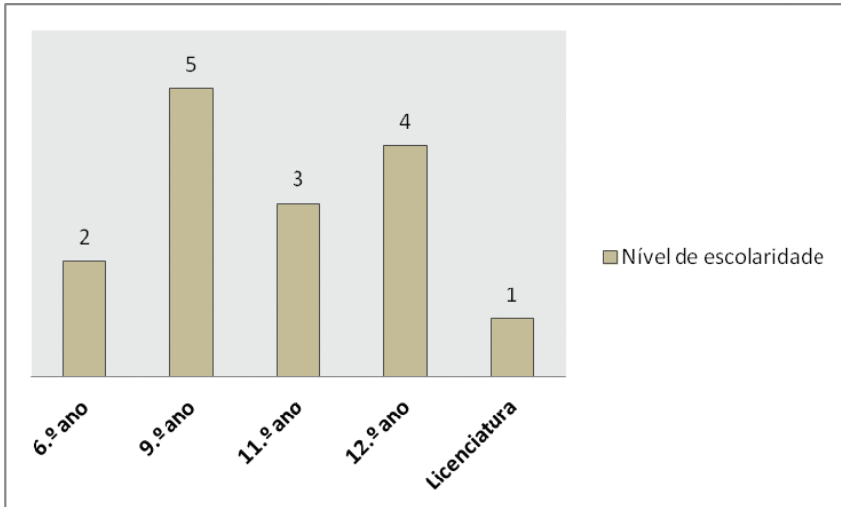
Gráfico 14: Imigrantes inscritos no Serviço de Emprego da Lousã, janeiro 2015, por idade



Fonte: IEFP – Serviço de Emprego da Lousã

A média de idades dos desempregados inscritos situa-se nos 36,1 anos. O imigrante desempregado mais velho tem 51 anos e o mais novo tem 20 anos.

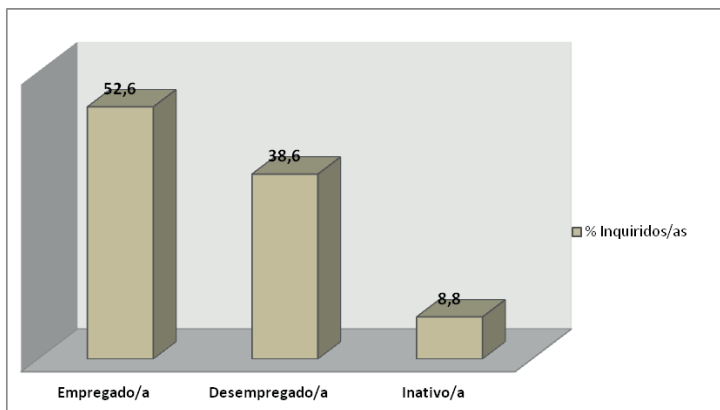
Gráfico 15: Imigrantes inscritos no Serviço de Emprego da Lousã, janeiro 2015, por nível de escolaridade



Fonte: IEFP – Serviço de Emprego da Lousã

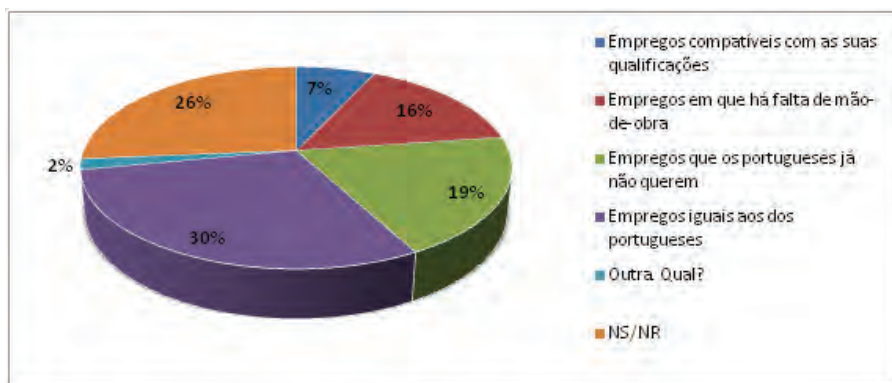
O nível de escolaridade centra-se entre o 9.º ano de escolaridade e o 12.º ano de escolaridade, existindo um imigrante com ensino superior.

Gráfico 16: Situação laboral dos/as inquiridos/as



Dos imigrantes inquiridos, 52,6% estão empregados, 38,6% estão em situação de desemprego e 8,8% estão inativos. Dos inquiridos empregados, apenas 20,8% mantêm a sua profissão que tinha no país de origem, a maioria teve que se sujeitar a trabalhar em áreas diferentes, pois um dos problemas com que se depararam para exercer as suas profissões foi a barreira linguística. Contudo, 92,6% estão satisfeitos com o seu emprego atual e já se consideram integrados no mercado de trabalho.

Gráfico 17: “ Qual é a sua percepção sobre os empregos em Portugal?”



Quando questionados sobre a percepção que têm sobre os empregos dos imigrantes, 30% respondeu que os imigrantes têm empregos iguais aos dos portugueses, 26% respondeu que os imigrantes conseguem empregos em que há falta de mão de obra e 19% considera que os imigrantes alcançam empregos que os portugueses já não querem.

Segundo os imigrantes entrevistados nos focus groups, “há muitos imigrantes que não conseguem trabalho, [porque] está muito difícil”. Um entrevistado refere “até já vi exploração, pagam pouco aos imigrantes, mas como precisam, não dizem nada. A minha revolta é que um estrangeiro dá o seu tudo no trabalho, e não é reconhecido. O africano ainda é visto como um intruso, hoje em dia o passado está presente, é o desemprego, é racismo económico”.

No século passado e nos primeiros anos do século XXI, dois grupos de imigrantes desempenharam dois papéis no mercado de trabalho nacional: enquanto os imigrantes da europa (sobretudo da UE) e do Brasil foram, em parte, complementares dos trabalhadores portugueses, os imigrantes dos PALP e da europa de Leste ocuparam, devido ao seu reduzido capital humano ou à deficiente ‘transferibilidade’ do seu capital humano original (pelo me-

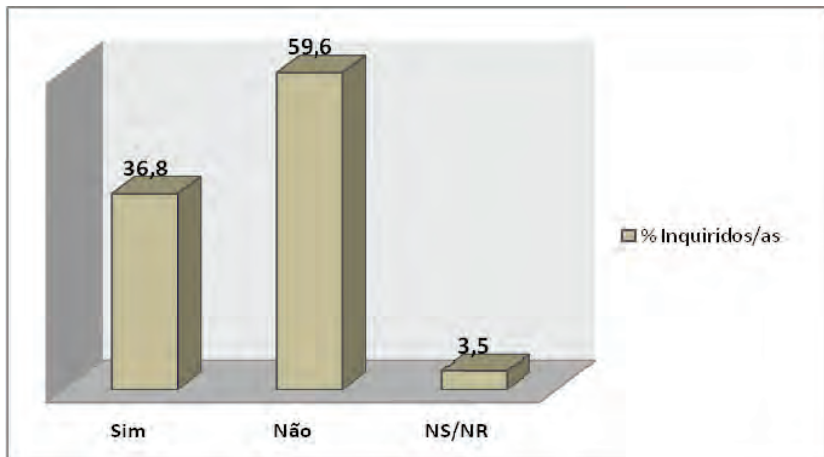
nos numa primeira fase), posições profissionais deixadas vagas pelos portugueses (Baganha, 1998: 374 apud Valadas, Góis e Marques, 2014).

A partir da transição para o século XXI, Portugal começou a ter no seu mercado de trabalho trabalhadores em situação de sobre qualificação, ou seja, trabalhadores com um nível de competências superior ao requerido pelas tarefas que desempenhavam. Conforme relata um entrevistado: “Vim para cá bater prego, cortar madeira, pegar em martelo, coisa que eu nunca fiz na minha vida, nunca trabalhei em Portugal na área em que eu formei e aprendi no Brasil. Foi sempre na construção civil”.

O reforço destas situações, denominadas na literatura como “desperdício de cérebros”, e a visibilidade que ganharam, em especial ao longo da última década, conduziram inevitavelmente também a mudanças no enquadramento legal português do reconhecimento das suas qualificações nos últimos anos (Oliveira e Gomes, 2014).

No que respeita ao reconhecimento das habilitações académicas por parte dos imigrantes, ainda é um processo bastante oneroso e burocrático, o que os leva a fazer este pedido só em caso estritamente necessário.

Gráfico 18: “Fez o pedido para as suas qualificações serem reconhecidas formalmente?”



Dos inquiridos, apenas 36,8% fez o pedido de equivalência, tendo referido algumas dificuldades em conseguir concluir o processo, nomeadamente na tradução dos documentos, uma vez que tem que ser feita por um tradutor oficial, ficando muito dispendioso para o imigrante.

Os estrangeiros qualificados em Portugal sem o reconhecimento das suas qualificações representam um importante capital humano que não está a ser aproveitado no mercado de trabalho.

4. EDUCAÇÃO E LÍNGUA

Tabela 13: Nível de Escolaridade da população residente, dos estrangeiros UE, dos estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro, concelho da Lousã, 2011

	Nenhum	1º Ciclo E.Básico	2ºCiclo E.Básico	3ºCiclo E.Básico	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Total da população	18,4%	25,9%	13,0%	18,1%	14,8%	9,8%
Estrangeiros UE	20,0%	4,2%	5,0%	12,9%	35,8%	22,1%
Estrangeiros não-UE	16,4%	7,1%	9,7%	32,8%	22,4%	11,6%
Naturais do estrangeiro	8,9%	6,8%	9,5%	25,4%	27,5%	22,0%

Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com os dados referenciados na tabela nº 6, poderemos verificar que em relação às habilitações literárias, os estrangeiros não EU ou seja os nacionais de Países Terceiros, na sua maioria, enquadram-se no 3º ciclo e no secundário ou pós secundário que em certa medida vem ao encontro dos dados do diagnóstico local de 2011 onde os inquiridos, na sua maioria, tinham completado o 3.º CEB do ensino básico e secundário e/ou médio profissional.

Verificou-se igualmente que entre os membros dos agregados familiares que estudavam, havia uma maior expressividade do sexo feminino, sendo na sua maioria, cabo-verdianos, situação que entretanto em 2013 se veio alterar com uma diminuição do nº de estudantes cabo-verdianos a estudar na Escola Profissional da Lousã, na sequência da não continuidade do acordo estabelecido entre esta escola e os PALP.

Ressalva-se que a componente linguística, é sem dúvida, um dos fatores facilitadores, entre outros, da inserção social dos imigrantes. Sendo na sua uma parte significativa da população imigrante no Concelho da Lousã de nacionalidade angolana, brasileira e cabo-verdiana, a proximidade com a língua e a cultura da sociedade portuguesa foi um dos motivos da escolha de Portugal, entre outros. Há no entanto outros grupos que vão emergindo

como é o caso dos chineses e dos nacionais de países de leste, onde a barreira linguística é um fator de exclusão social.

A aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento é uma das orientações mais relevantes no âmbito das políticas públicas europeias em matéria de integração de imigrantes, pois tem implicações não apenas ao nível da mitigação de fatores de vulnerabilidade à integração dos imigrantes, como também se definem como um elemento essencial no acesso à cidadania (Oliveira e Gomes, 2014). No concelho da Lousã, esta aprendizagem da língua portuguesa é feita de forma informal através das associações locais, existindo a necessidade de articulação entre as diversas entidades, para que se possa concentrar a aprendizagem numa entidade formadora e a mesma seja certificada.

Dos inquiridos, apenas 21,1% respondeu que tinha completado um curso de língua portuguesa para estrangeiros (**Gráfico n.º21**). Dos imigrantes que não fizeram o curso, 46,9% gostaria de frequentar, tanto para aperfeiçoarem a língua, como para poderem obter o certificado do domínio da língua, o qual é necessário para requererem a dupla nacionalidade.

Gráfico 19: “ Já completou algum curso de língua portuguesa para estrangeiros?”

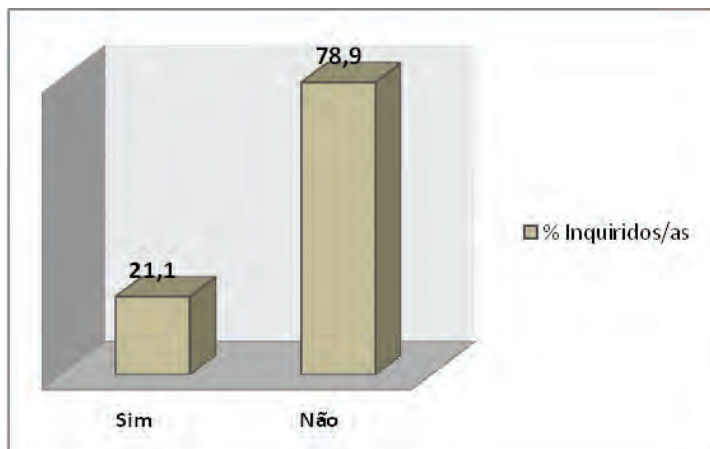


Tabela 14: Domínio da Língua Portuguesa dos/as Inquiridos/as

Domínio da Língua Portuguesa	Nível de Fluência			
	Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
	%	%	%	%
Fala	38,6	26,3	31,6	1,8
Leitura	47,4	24,6	15,8	10,5
Escrita	40,4	24,6	17,5	15,8
Compreensão	52,6	28,1	10,5	7,0

Quando questionados sobre o domínio da língua portuguesa, na fala [38,6% Muito bom; 26,3% Bom], na leitura [47,4% Muito bom; 24,6% Bom], na escrita [40,4% Muito bom; 24,6% Bom] e na compreensão [52,6% Muito bom; 28,1% Bom].

Segundo dados do Agrupamento de Escolas, no ano letivo 2014/2015, num total de 2326 alunos, 23 tinham nacionalidade estrangeira [China, Marrocos, Alemanha, Itália, Reino Unido e Roménia]. Estes alunos estrangeiros têm apenas apoio linguístico por parte dos professores, não existindo qualquer apoio extracurricular do Ministério da Educação. Este apoio é difícil de se conseguir dadas as diferentes nacionalidades dos alunos e níveis de ensino em que se encontram, não se conseguindo um número mínimo para a constituição de uma turma para a aprendizagem da língua portuguesa.

Não obstante, o Agrupamento tem implementado algumas medidas de acolhimento, sendo exemplo a adaptação da ementa escolar aos hábitos religiosos dos alunos.

Uma forma de combater a barreira linguística, é a aposta na tradução dos documentos em alguns serviços públicos e municipais, como é o caso da Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã e da Câmara Municipal (Turismo). Todavia, existe ainda muito para se fazer no sentido de disseminar esta prática a todos os serviços.

5. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Segundo os imigrantes inquiridos, 62% de um total de 50, referiu que necessitava de fazer mais formação para manter o trabalho atual ou para encontrar trabalho.

No âmbito das reuniões dos grupos de trabalho, aferiu-se que existe uma insuficiente formação ao nível das competências pessoais, sociais e empre-

endedoras dos imigrantes, dificultando o acesso ao mercado de trabalho. Para além de uma aposta na formação contínua, também é importante que haja uma aposta na formação de reconversão profissional, nomeadamente, para os imigrantes que trabalhavam em áreas onde o desemprego aumentou drasticamente, como é o caso da construção civil.

Ao nível dos serviços públicos e municipais, também se verificou a necessidade de formar os colaboradores nas áreas do atendimento de imigrantes, da legislação e da interculturalidade.

6. SAÚDE

O Centro de Saúde da Lousã, desde 2007, alterou a sua estrutura de funcionamento na área da saúde com a criação de unidades funcionais, a saber: Unidade de Saúde Familiar (USF) Serra da Lousã, USF Trevim Sol, Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC Arouce), Unidade de Saúde Pública e a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP). As várias unidades de Saúde Familiar, Serra da da Lousã e Trevim Sol, UCC Arouce, bem como os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), funcionam, desde o início de 2015, em instalações novas.

Em 2009 e 2010, a USF Serra da Lousã foi classificada pelo Ministério da Saúde como a melhor USF do país, na avaliação de desempenho de 2011, entre as cerca de 200 destas unidades de saúde, reforçando o primeiro alcançado nos dois anos anteriores no universo das USF a nível nacional.

O Centro de Saúde presta cuidados primários a qualquer cidadão. Em caso de situação de ilegalidade por parte de um cidadão imigrante, o Centro de Saúde encaminha o utente para as respetivas entidades, a fim de regularizar a sua situação no país, para que se possa formalizar a sua inscrição.

Nas unidades existe uma Declaração de compromisso, onde cada doente é visto como uma pessoa com as suas convicções culturais, filosóficas e religiosas e os profissionais de saúde assumem o compromisso de respeitar esses valores e providenciar sempre a sua satisfação.

O Planeamento familiar pode ser solicitado pela utente para ser feito por uma médica, e caso seja feito por um médico, é sempre assistido por uma enfermeira.

Na USF Serra da Lousã, o Dossier de Acolhimento aos utentes, do qual fazem parte os consentimentos informados, a Carta de Direitos e Deveres, a Declaração de compromisso e os Painéis de comunicação, encontra-se tradu-

zido em inglês, espanhol e francês. Pretendendo-se que esta boa prática seja disseminada às outras unidades.

Dois dos profissionais médicos são imigrantes, um angolano e um moçambicano, sendo este último de religião muçulmana e por isso não trabalha ao sábado, havendo uma gestão interna no sentido de respeitar esta a prática religiosa. Para além disso, o centro de saúde tem um acordo com os PALOP, recebendo internos ao longo do ano.

7. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

No âmbito das respostas sociais, foi efetuado um levantamento dos imigrantes que usufruem das diversas respostas das IPSS's locais, verificando-se que, na sua maioria, são os seus descendentes que beneficiam das mesmas, uma vez que essas respostas são na área da infância e juventude.

Tabela 15: Nº de utentes por resposta social / instituição de apoio, concelho da Lousã, 2015

Instituições	Respostas Sociais					
	Creche	Atividades Animação Apoio à Família (AAAF)	Atividades Tempos Livres (ATL)	Serviço Apoio Domiciliário (SAD)	Cantina social	Outras
Centro Social Pinhal				1		
ADIC		1				
CSSF Serpins			3			
ARCIL			7			
SCMisericórdia	2	4				
ADSSCL						1
ARCSGândaras		1				
ACTIVAR		5				5
TOTAL	2	10	10	1		6

Fonte: IPSS's do concelho da Lousã

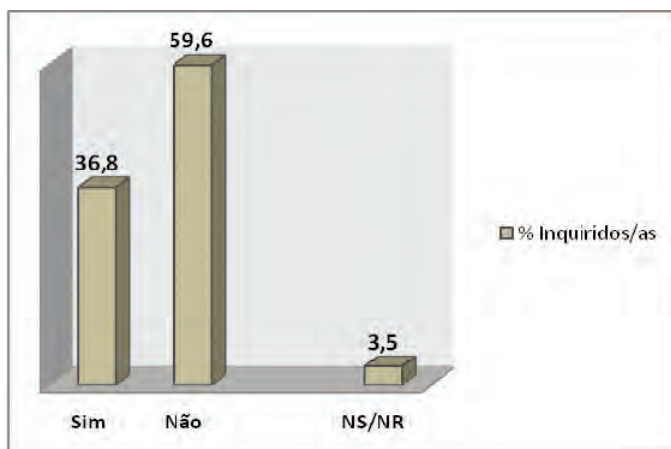
Tabela 16: Famílias imigrantes NPT, apoiadas no ano de 2014, no âmbito da ação social

Tipo de apoio / programas	Nº famílias apoiadas
Apoio Social Escolar, ao nível do 1.º ciclo [imigrantes/descendentes]	38
Medidas de Apoio Pontual para Situações de Emergência Social (MAPSES)	5
Tarifas sociais e familiares	4
Rendimento Social de Inserção	10
Total	54

Fonte: CML/DGSS-Serviço da Lousã

Relativamente aos apoios sociais, 36,8% (**Gráfico 20**) dos inquiridos referiram que requereram apoio, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção, destes apenas 22,8% mencionou que não conseguiu requerer apoios devido ao facto de ser imigrante, pois necessitam de residir no país durante um período de tempo, o qual difere de acordo com o país de origem do imigrante.

Gráfico 20: “Já requereu a apoios sociais e outros benefícios fiscais?”

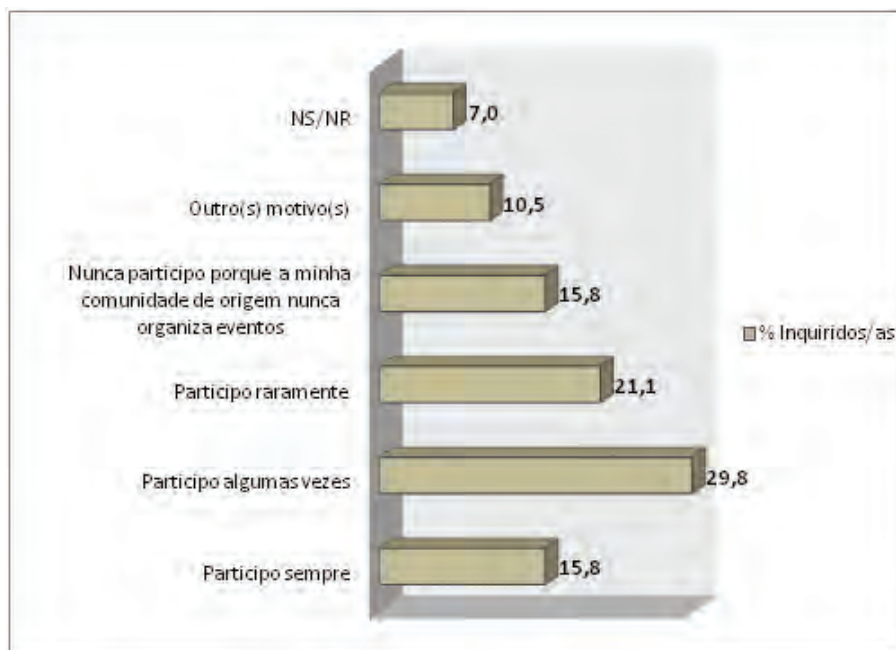


Em 2014, a Câmara Municipal da Lousã elaborou um panfleto sobre as Políticas Municipais de Igualdade e de Integração, com o intuito de dar a conhecer à população os serviços e as políticas que a autarquia dispõe para promover o bem-estar de todos/as munícipes.

8. CULTURA

O Estudo da Imigração revelou que a maioria dos imigrantes inquiridos revela a adoção de tradições, práticas e costumes da sociedade portuguesa. Similarmente, há a salientar que alguns destes imigrantes, encontram-se casados ou a viverem em união de facto com portugueses/as, tendo os seus filhos nascido em Portugal, pelo que as práticas culturais da sociedade portuguesa já foram assimiladas. Contudo, são poucos os que participam ativamente em atividades culturais dinamizadas por associações locais, revelando uma prática de associativismo muito baixa. As tradições, hábitos e costumes do seu país de origem ficam confinados ao espaço doméstico e/ou familiar.

Gráfico 21: “Costuma participar em festas/convívios organizados pela sua comunidade de origem?”



No que diz respeito à participação dos imigrantes em festas/convívios organizados pela sua comunidade de origem, dos 53 que responderam, 29,8% participa algumas vezes e 21,1% participa raramente. Este último resultado, deve-se ao facto de as comunidades de imigrantes terem vindo a ficar cada vez mais reduzidas e, por outro lado, a maioria dos encontros de imigrantes são realizados em Coimbra, o que implica a deslocação para a cidade.

Dos que responderam outros motivos, estes referem-se à falta de disponibilidade, à falta de conhecimento da realização dos eventos e por já não se sentirem imigrantes, mas sim portugueses.

A autarquia apesar de dar espaço aos imigrantes que a procuram para promoverem as suas artes, deveria existir uma maior aposta na diversidade multicultural na programação das suas atividades, para que a comunidade tomasse conhecimento da realidade imigrante existente no concelho e pudessem partilhar experiências e saberes.

9. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

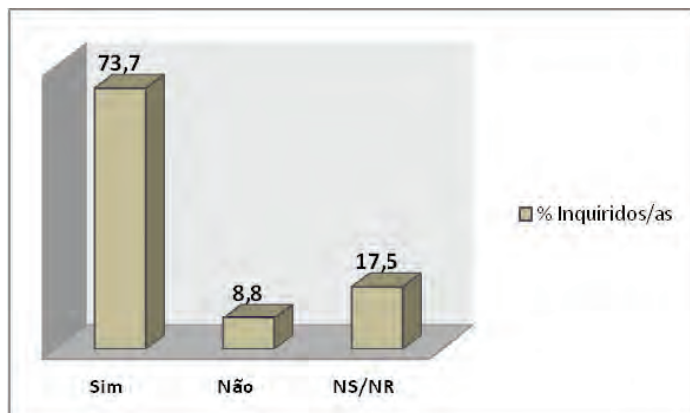
Tabela 17: Associações que trabalham com imigrantes, concelho da Lousã, 2015

Associações	Principais áreas de atuação ou tipo de atividades desenvolvidas
Associação Bloom (fundada em 2008; co-fundadora de origem holandesa)	Coordenação de voluntários do programa Serviço de Voluntariado Europeu (apoio logístico; elaboração de projetos; encaminhamento para entidades de acolhimento; desenvolvimento de atividades de integração na comunidade local; acompanhamento; preparação e envio de voluntários). www.facebook.com/BloomASC
ADRAS (fundada em 2010; fundadora de origem timorense)	Aulas de Tai Chi; Pintura; Teatro; Português para estrangeiros; aulas de guitarra (grupo musical de guitarra e vozes); Arte decorativa; aulas de danças latinas e clássicas. Têm um projeto para um workshop de gastronomia internacional organizado pelos alunos imigrantes. https://pt-pt.facebook.com/AdrasLousa
ACTIVAR (fundada em 2000)	Sensibilização para a diferença; Formação; Apoio de iniciativas e projetos; Programa Escolhas; Campos de Trabalho Internacionais; Programa de Serviço Voluntário Europeu. https://www.facebook.com/activarlousa?fref=ts
Arte Via Cooperativa (fundada em 1999)	Projetos europeus (Roots and Wings; Let's do it creativity; Intercultural Patchwork; Festvet; entre outros) http://www.arte-via.org/
Academia de Bailado (fundada em 2004)	25 alunos/as imigrantes e descendentes de imigrantes a frequentarem aulas de dança criativa, ballet clássico, música e Yoga
Escola do Riso (fundada em 2004; fundadores de origem inglesa e alemã)	Workshops, Yoga do riso, Formação http://www.wwoof.pt/hosts/home/quinta-do-sol/

Fonte: Inquérito IMAD

As associações locais referenciadas na tabela n.º 16 têm projetos que envolvem a população imigrante, tanto na área das artes como no Programa de Serviço Voluntário Europeu, contribuindo, assim, para a sua integração e potencialização dos seus saberes.

Gráfico 22: “Considera necessária a criação de uma associação de imigrantes?”



Dada a inexistência de uma **associação de imigrantes** no concelho, os imigrantes foram questionados sobre a pertinência da sua criação, tendo 73,7% respondido que gostariam que fosse criada e 94,6% gostariam de participar nela, tanto na organização de atividades e convívios, como no acolhimento ao imigrante.

Os/as inquiridos/as apresentaram algumas propostas para a melhoria da integração dos imigrantes no concelho, as quais se centralizaram na necessidade da criação de uma associação de imigrantes para que os pudessem representar e facultar orientações e informações, bem como proporcionar formação, realização de atividades e festas/convívios.

Alguns entrevistados também transmitiram a necessidade da criação de uma associação de imigrantes que promova encontros entre imigrantes de diversas nacionalidades. Citando um entrevistado num focus group “Esta reunião é uma oportunidade que nós temos de poder estar juntos, nós não costumamos conviver entre nós, é mais com os portugueses. Tem que haver uma pessoa à frente que organize. O encontro de imigrantes foi a melhor coisa que aconteceu para mim em dezasseis anos como imigrante. Foi muito bom. Muita gente gostou e pediu para se repetir, até começar mais cedo para estarmos mais tempo”.

Uma dimensão importante de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, na vertente da cidadania ativa, é a participação cívica dos

imigrantes. Nos muito variados contextos de acolhimento de imigrantes e ao longo do tempo, as associações de imigrantes têm desempenhado sempre um papel fundamental nos processos de integração, de socialização, de solidariedades e de reforço de laços comuns, apoiando os imigrantes nas adversidades decorrentes das experiências migratórias e mobilizando-os socialmente e politicamente (Horta, 2010:11 apud Oliveira e Gomes, 2014).

*Relativamente ao **recenseamento eleitoral de estrangeiros** a Constituição da República Portuguesa reconhece no primeiro parágrafo do artigo 15 que os estrangeiros e apátridas que residem em Portugal têm os mesmos direitos e deveres dos cidadãos portugueses. Contudo, no ponto dois do mesmo artigo, a Constituição realça que os direitos políticos são a exceção ao disposto anterior, limitando os direitos políticos no caso dos estrangeiros a três situações: 1) aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal e em condições de reciprocidade³ (terceiro ponto do artigo 15) são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros (salvo acesso aos cargos de Presidente da República, presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática)⁴; 2) aos estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, a capacidade eleitoral ativa e passiva para as autarquias locais (quarto ponto do artigo 15)⁵; e 3) aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal, em condições de reciprocidade, têm ainda o direito de elegerem e serem eleitos deputados do Parlamento Europeu (quinto ponto do artigo 15) (Oliveira e Gomes, 2014).*

Segundo dados da Direção-Geral da Administração Interna-Administração Eleitoral (2013), encontravam-se recenseados no município apenas quatro estrangeiros NPT, num total de 15.208 eleitores.

³ Possibilita que os portugueses residentes nos seus territórios tenham acesso a iguais direitos.

⁴ Os países com quem Portugal tem acordos de reciprocidade de direitos políticos são apenas Brasil e Cabo Verde. Estes eleitores para se inscreverem têm de possuir residência legal em Portugal há mais de dois anos.

⁵ Atualmente os países que oferecem reciprocidade no que respeita à capacidade eleitoral ativa são a Argentina, Chile, Islândia, Noruega, Perú, Uruguai e Venezuela. Para exercerem o seu direito de voto os nacionais destes países devem ter residência legal em Portugal há mais de três anos e apenas podem votar nas eleições autárquicas (embora não possam ser eleitos).

Gráfico 23: “Reúne condições para se recensear?”

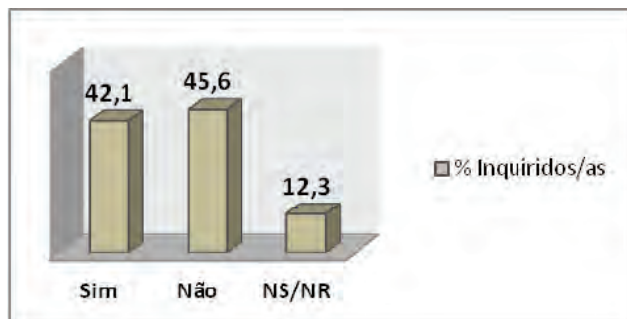
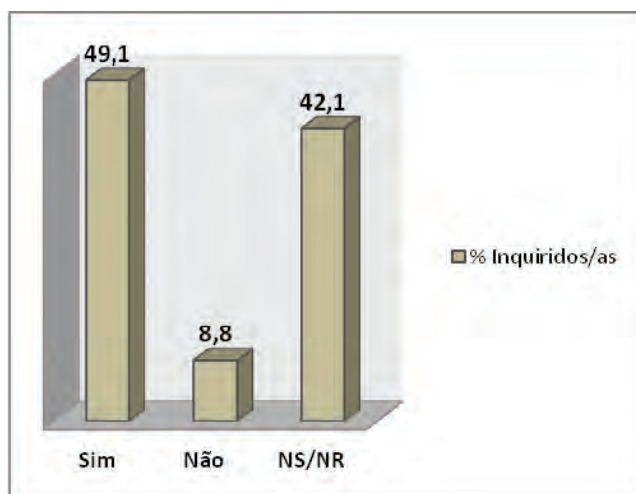


Gráfico 24: “Acha que precisamos de mais deputados municipais de origem imigrante?”



De acordo com os resultados do **Gráfico 23**, dos 42,1% de imigrantes que respondeu que reunia condições para se recensear, apenas 61,9% efetuou o recenseamento, mas só 52,9% votaram nas últimas eleições nacionais ou locais. Os inquiridos que não votaram referiram que não o fizeram por falta de disponibilidade (66,7%) e por considerarem que não é importante (33,3%).

Quando questionados sobre a necessidade de deputados municipais de origem imigrante na assembleia municipal (**Gráfico 24**), 49,1% respondeu que seria uma mais-valia para os imigrantes, pois teriam uma visão diferente dos problemas desta população e compreenderiam melhor as suas dificuldades e necessidades devido à sua proximidade com a comunidade imigrante.

Em 2014, no Orçamento Participativo Jovem [onde podem votar e participar jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 35 anos, e, no caso dos imigrantes, residentes temporários por um período superior a 3 meses] participaram e votaram 5 jovens imigrantes.

A CML no dia 29 de janeiro do presente ano assinou um acordo de adesão ao Consórcio para o Desenvolvimento da Iniciativa para a Economia Cívica pretende envolver toda a sociedade, alinhando o interesse público com o interesse privado através de um programa de trabalho com as comunidades locais. Promover a inovação social e a mudança de paradigma na resposta aos desafios do desenvolvimento integrado e sustentável são os valores basilares da iniciativa.

10. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

A Câmara Municipal tem um gabinete de comunicação que pode ser facilitador na divulgação de atividades promovidas no âmbito do PMII, assim como na sua página eletrónica e no facebook da autarquia.

O jornal local “O Trevim” sendo parceiro do projeto também tem contribuído para a difusão de iniciativas, quer promovidas pela autarquia, quer por outras associações, relacionadas com a interculturalidade.

11. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

De acordo com o diagnóstico da população imigrante realizado em 2011, alguns dos inquiridos, com enfoque nos de nacionalidade angolana, brasileira e caboverdiana, referem já terem sido discriminados por razões raciais ou étnicas, sendo esta a terceira causa apontada como dificuldade de integração, no entanto, no âmbito dos serviços não foram apresentadas quaisquer queixas formais. Referem, no entanto, que atualmente, estão socialmente bem integrados.

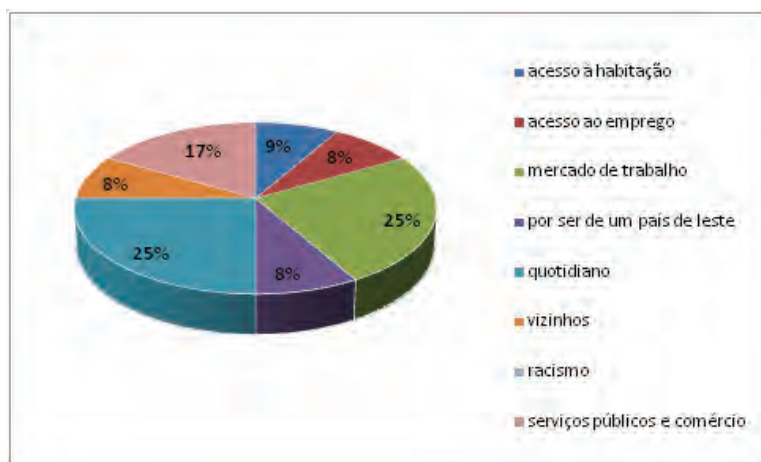
Ressalva-se que, em espaço escolar, os inquiridos sentem-se mais discriminados na relação estabelecida com os colegas. De referir que a discriminação por parte dos colegas pode originar atitudes de inferioridade nos indivíduos discriminados, complexificando o contexto das relações sociais estabelecidas com o seu grupo de pares, podendo mesmo ser um dos fatores desencadeantes de quebra de aproveitamento escolar e de produtividade, originando consecutivamente insucesso e/ou abandono escolar. Estes dados reforçam a importância em se realizarem sessões de sensibilização interpares para que se possam reduzir e/ou eliminar atitudes discriminatórias.

Sendo a escola um dos principais locais de práticas discriminatórias, seria pertinente desenvolver nesse espaço atividades de sensibilização nos domínios da Educação para a Cidadania, com enfoque para a realização de atividades promotoras da Educação Intercultural – Diversidade Cultural, ou seja, atividades que possibilitem o reconhecimento e a valorização das diferentes raças e identidades sociais e culturais, como por exemplo: uma feira gastronómica, que congregasse num mesmo espaço físico as tradições, costumes (comida, dança, música, entre outras) das diferentes nacionalidades e etnias que frequentam as escolas no concelho da Lousã. De realçar a importância de tais atividades serem promovidas pelo CLAII do concelho da Lousã em conjunto com os imigrantes.

Alguns dos entrevistados/as dos focus groups de origem africana referiram que o racismo “não é só de branco para preto, entre nós também somos racistas”.

Passo a citar duas situações de discriminação contadas por dois imigrantes: “Eu já passei muita discriminação. Nas obras, eu estava a trabalhar em baixo e o carpinteiro em cima deixou cair uma viga, e disse-lhe que quase me ia matando, e ele respondeu: “era apenas menos um imigrante em Portugal”; “Quando estive a trabalhar no hotel, notei muito preconceito, muita discriminação, eu nunca tinha trabalhado num hotel, sou de enfermagem, mas dei conta do recado, logo tive uma portuguesa que não queria que eu ficasse com o lugar, não querem estrangeiros”; “Em caso de despedimento, o imigrante está em primeiro lugar. Em Lisboa largaram-me na A24, e disseram-me: “não carregamos preto na carrinha” e a polícia é que me foi buscar porque não podia andar na autoestrada”.

Gráfico 25: Situações em que os/as inquiridos/as se sentiram discriminados/as



*Relativamente à questão da discriminação, doze imigrantes fizeram referência que já sentiram que foram discriminados em alguns contextos, nomeadamente no mercado de trabalho (25%) e no quotidiano (25%), conforme se pode observar no **Gráfico 25**.*

Não obstante, estas situações aconteceram com mais frequência nos primeiros anos aquando da sua chegada a Portugal, depois foram conseguindo integrar-se e deixaram de se sentir discriminados, chegando alguns a mencionar que neste momento já fazem parte da comunidade lousanense.

12. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo o Inquérito do IMAD, o Município tem gemação com a cidade de Prades (França) cujo principal objetivo visa a intermobilidade de desportistas de rãguebi.

Também pertence a uma rede de cooperação europeia (Malta, Bélgica, Itália, França, Grécia e Portugal) para mobilidade de culturas e boas práticas: Programa “Europa para os Cidadãos”, projeto «Little big things in Europe and in our local communities».

O envolvimento dos cidadãos, o despoletar das suas ideias e energias é a base deste projeto que pretende levar a um intercâmbio em diversas áreas que potencie e leve ao encontro de soluções para os problemas transversais aos países e municípios que constituem este grupo de trabalho.

No âmbito desta rede, a Câmara Municipal da Lousã compromete-se a efetivar uma representação e participação em diversos projetos que envolvam os Municípios aderentes, nomeadamente sobre os temas do desenvolvimento socioeconómico, com destaque também para a Educação e da criação de novas ferramentas para a participação dos cidadãos. Assume-se como uma grande oportunidade para a troca de informações e experiências sobre como os parceiros deste projeto estão a trabalhar nas seguintes áreas: boas práticas de gestão municipal; Oportunidades de colaboração futura (networking); Educação e Aprendizagem; Atividades comunitárias e sociedades ativas; Outras questões relacionadas com a gestão da educação, cultura, meio ambiente e empresas.

Poderá ser interessante neste ponto, o Município criar interações com as Embaixadas e Consulados de Países Terceiros, formulando Protocolos bilaterais para resolução de eventuais problemas que surjam, promoção da comunicação dos NPT com familiares de origem, consolidação de elos com países de origem e/ou participação na realização do Plano Local (colaboração para organização e realização de eventos e ações locais).

13. RELIGIÃO

Tabela 18: Religiões representadas no concelho da Lousã, 2011

Religião	N	%
<i>Católica</i>	12.078	68,6
<i>Ortodoxa</i>	78	0,4
<i>Protestante</i>	182	1,0
<i>Outra Cristã</i>	296	1,7
<i>Judaica</i>	3	0,0
<i>Muçulmana</i>	2	0,0
<i>Outra não cristã</i>	29	0,2
<i>Sem religião</i>	884	5,0
<i>População que não respondeu</i>	1.272	7,2
<i>População com menos de 15 anos</i>	2.780	15,8
Total	17.604	100,0

Fonte: INE, Censos 2011

Segundo o diagnóstico de 2011, dos 160 indivíduos que referem ter religião, 72,5% dizem que são católicos, 13,8% são protestantes evangélicos, 8,8% ortodoxos e 1,3% da religião islâmica. Dos seis inquiridos que mencionaram outra religião, 83,3% são budistas e 16,7% kimbanda.

Embora a maioria dos inquiridos se afirme como pertencentes a uma dada religião, não frequentam habitualmente as suas atividades.

Como resultado dos grupos de trabalho, concluiu-se que seria importante organizar um encontro ecuménico com o objetivo de fomentar o diálogo inter-religioso e o conhecimento das diferentes religiões à comunidade lousanense.



3. PLANO MUNICIPAL

3.1. Grelha de Problemas Identificados

Tendo por base os indicadores dos imigrantes NPT residentes no Concelho e identificados os principais problemas, quer pela análise SWOC, quer pelos técnicos através do preenchimento de uma grelha de prioridades, quer pelos focus group realizados com os imigrantes, quer pela aplicação do inquérito por questionário aos imigrantes NPT, quer pelo preenchimento do inquérito do IMAD, resultou na elencação de um conjunto de problemas por áreas, apresentado na tabela seguinte:

Tabela 19: Grelha de Problemas por área de intervenção

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PROBLEMAS
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Insatisfação dos NPT com determinados serviços públicos de acolhimento e integração
	Pouca informação institucional disponibilizada noutras línguas para além do português
	Pouca visibilidade do CLAI na comunidade
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, em geral (prevalência do trabalho precário e maior desemprego)
	Maior percentagem de desempregados NPT com idade superior a 35 anos
	Desconhecimento por parte do tecido económico local do normativo em matéria laboral associado à contratação de NPT
URBANISMO E HABITAÇÃO	Problema centrado ao nível económico das famílias e não nas condições habitacionais (A maioria dos NPT refere dificuldades em pagar a renda ou prestação, bem como as despesas inerentes à habitação)
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Dificuldade de inserção – barreira linguística
	Maior dificuldade de integração escolar dos imigrantes e seus descendentes com enfoque nos chineses e nacionais de países de Leste
	Insuficiente nº de ações de sensibilização para a multiculturalidade no âmbito do universo escolar

(Continua)

(Continuação)

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Inexistência de mecanismos para veiculação de informação associada à Imigração e/ou diversidade cultural
	Existência de dificuldades de comunicação no atendimento aos NPT por parte dos profissionais afetos aos diversos serviços devido à insuficiente formação que reforce as competências interculturais
	Falta de instrumentos de coordenação e avaliação ao nível das estruturas institucionais- benchmarking
CULTURA	Insuficiência de iniciativas e manifestações culturais dos imigrantes NPT no contexto do Plano de atividades cultural do concelho
SAÚDE	Desconhecimento de algumas práticas culturais dos NPT por parte dos profissionais de saúde
	Pouca divulgação das boas práticas e instrumentos produzidos pela Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã ao nível de acolhimento de imigrantes
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Existência de famílias em situação de pobreza e exclusão social face ao contexto de crise e desemprego
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Desconhecimento por parte dos NPT dos seus direitos e deveres (na dupla qualidade de cidadãos estrangeiros e de residentes em país estrangeiro obedecendo às leis locais)
	Inexistência de organizações associativas de Imigrantes ou grupos corporativos ou de natureza informal- Insuficiência de eventos/ações realizados regularmente no concelho ou território, dedicados à temática da Imigração ou Interculturalidade
	Reduzido número de Imigrantes recenseados face ao Universo (situação que poderá em segunda linha evidenciar a falta de legalização para permanência -Insuficiente ou até inexistente participação de Imigrantes na política local
MÉDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	Desconhecimento generalizado da sociedade de acolhimento relativamente às especificidades da população imigrante face á pouca divulgação de temáticas ligadas `a imigração
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Imigrantes referem que já se sentiram discriminados na relação estabelecida com os colegas meio escolar
	Insuficientes ações de sensibilização de contra a discriminação e a xenofobia na comunidade
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Inexistência de políticas ou projetos para promover as relações com os países de origem Países Terceiros
RELIGIÃO	Inexistência de iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso

3.2. Dimensão Estratégica

Tabela 20: Dimensão Estratégica do PMII

ÁREAS	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Aumentar os níveis de satisfação dos NPT com o atendimento nos vários Serviços públicos de Acolhimento e Integração	Indicie de satisfação dos clientes Variação do nº de reclamações	Aposta em serviços personalizados, cujo funcionamento se adequa às necessidades e disponibilidades das pessoas e das famílias; Potenciar as respostas dadas pelo CLAI aos imigrantes; Reforço dos recursos humanos para a implementação do PMII
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Aumentar a taxa de empregabilidade dos NPT	Variação da taxa de empregabilidade de NPT	Aposta na formação em áreas de competências facilitadoras de empregabilidade; Incentivo ao empreendedorismo imigrante
URBANISMO E HABITAÇÃO	Garantir as condições de habitabilidade de alojamentos familiares ocupados por NPT	Variação do nº de NPT em situação de vulnerabilidade social no que respeita às condições básicas de habitabilidade.	Aposta nos recursos das políticas municipais de apoio social
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Aumentar/consolidar os níveis de conhecimentos da língua Portuguesa, por parte dos NPT	Variação da percentagem de NPT diplomados em cursos de português básico ou português técnico	Reforço do número de oportunidades de aprendizagem formal e informal da língua portuguesa, potenciando o capital de qualificações de que são portadores os imigrantes

(Continua)

(Continuação)

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Aumentar a participação de NPT em cursos de formação ao longo da vida	Variação da percentagem de NPT diplomados em cursos de formação ao longo da vida	Reforço do número de divulgação de oportunidades de aprendizagem formal de aprendizagem ao longo da vida
	Aumentar os níveis de conhecimentos dos profissionais dos vários serviços públicos para um atendimento especializado a NPT	Variação da percentagem de profissionais capacitados para atendimento a NPT	Aposta em iniciativas de formação (formal e informal) de capacitação dos profissionais das entidades de atendimento públicas
CULTURA	Aumentar o nível de conhecimento sobre as características socioculturais das diversas comunidades de NPT	Perceção das crianças e jovens sobre semelhanças e diferenças socioculturais, em função das suas nacionalidades	Aposta em iniciativas multiculturais
SAÚDE	Disseminar as boas práticas de atendimento/ acolhimento da USF Serra da Lousã	Variação de documentos partilhados pelas várias USF's	Uniformização do Guia do Acolhimento do Utente, tendo por base o modelo utilizado pela USF Serra da Lousã
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Aumentar os recursos das entidades de solidariedade social; Diminuição dos fatores de pobreza e exclusão	Variação do nº de NPT em situação de vulnerabilidade social no que respeita às necessidades básicas dos imigrantes NPT	Reforço das políticas de apoio à família
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CIVICA	Mobilizar os NPT para uma participação ativa na sociedade	Percentagem de associações com competência instalada em gestão estratégica e em desenhos de projetos de intervenção	Aposta em iniciativas formativas de cariz informal dirigidas aos dirigentes das associações

(Continua)

(Continuação)

MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	Criar oportunidades específicas nos media locais e regionais para divulgação das iniciativas das comunidades NPT	Número de meios de comunicação social com oportunidades de divulgação das iniciativas das comunidades de NPT	Aposta em parcerias com os media locais / regionais
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Combater os estereótipos socio culturais da comunidade de acolhimento face às realidades dos NPT	Perceção dos cidadãos nacionais acerca das realidades socioculturais dos países de origem de NPT	Aposta em iniciativas de sensibilização e divulgação alargada das realidades socioculturais dos países de NPT
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Reforçar as relações bilaterais entre os municípios portugueses e os municípios de origem NPT	Número de cidadãos nacionais e NPT envolvidos em processos de intercâmbio internacional	Aposta em mecanismos de geminação entre territórios nacionais e estrangeiros
RELIGIÃO	Aumentar os níveis de conhecimento das comunidades nacionais e de NPT sobre os cultos religiosos de cada uma	Número de cidadãos que melhoram os seus conhecimentos e por esse motivo diminuem preconceitos face a temáticas religiosas	Aposta na realização de um Encontro ecuménico com as diversas religiões representadas no Município.

3.3. Dimensão Operacional

Tabela 21: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Insatisfação dos NPT com determinados serviços públicos de acolhimento e integração	Aumentar e adequar informação fundamental a públicos não nacionais	Criação de sistema de recolha periódica das necessidades e expectativas dos NPT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicação de inquéritos de prospeção de necessidades e de avaliação de grau de satisfação 2. Criação de mecanismos de sensibilização/ Informação nas entidades
		Sensibilizar as entidades para introduzir a tradução da informação multilingue	<ol style="list-style-type: none"> 3. Inventariação/ tipificação/ tradução documental e materiais informativos fundamentais ao quotidiano dos NPT (gráficos e digitais)
Pouca informação institucional disponibilizada noutras línguas para além do português		Facilitar a compreensão dos serviços e seu funcionamento, aos NPT	<ol style="list-style-type: none"> 4. Criação de um “kit de boas vindas” em diversos idiomas 5. Criação de plataforma digital multilingue, com principais informações de acolhimento e encaminhamento

(Continua)

Tabela 21: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	Que pelo menos 60% dos NPT estejam satisfeitos com os serviços públicos de acolhimento	Grau de satisfação na resolução dos problemas identificados	-Município da Lousã-CLAI; -Núcleo das Migrações; -Serviços Públicos
2	Que pelo menos 50% das entidades envolvidas (públicas e privadas) tipifiquem os documentos e a sua tradução, em pelo menos quatro línguas	Nº. de Entidades envolvidas Nº. de documentos traduzidos Nº. de Idiomas disponibilizados	
2	Produção de 2500 exemplares do” kit de boas vindas; Colocação de dois quiosques multifunções (Posto de Turismo e Edifício da Câmara Municipal	Nº. de kits produzidos Nº. de sessões informativas/ N.º de quiosques instalados	-Município da Lousã; -AESL

(Continua)

(Continuação)

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Pouca visibilidade do CLAII	Difundir as ações deste serviço	<p>Aumentar a sua atividade junto dos imigrantes NPT</p> <p>Reforço da divulgação do CLAII junto da comunidade</p>	<p>6. Dinamizar atividades regulares com a envôlvência de imigrantes NPT</p> <p>7. Elaboração cartaz informativo em várias línguas e sua distribuição em locais estratégicos</p>
Pouca envôlvência da comunidade autóctone no acolhimento e integração dos imigrantes	Promover o acolhimento e a integração dos imigrantes no concelho	<p>Disponibilizar apoio, acompanhamento e orientação para a resolução de dificuldades ou preocupações dos imigrantes com vista à sua integração</p> <p>Incentivar o voluntariado</p>	8. Dinamização do Programa Mentores para Imigrantes

(Continuação)

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	<p>Aumento em 30% do atendimento ao imigrante</p> <p>Realização de pelo menos uma sessão informativa por ano</p> <p>Envolvência de 30% dos NPT nas atividades do PMII</p>	<p>N.º de atendimentos</p> <p>N.º de atividades realizadas</p> <p>N.º de participantes</p> <p>N.º de entidades envolvidas</p>	<p>CLAII Lousã; Núcleo das Migrações</p>
1	<p>Reforço do serviço prestado pelo CLAII através do Programa Mentores para Imigrantes</p>	<p>N.º de mentores voluntários aderentes</p> <p>N.º de mentorados</p>	<p>Associação Concretizar</p>

Tabela 22: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, em geral (prevalência do trabalho precário);	Aumentar a participação de NPT em ações de formação; Dotar de mais e melhores competências técnicas e profissionais	Aumentar as competências pessoais e sociais e profissionais, através de formação, facilitadoras da empregabilidade de cidadãos NPT	9. Inserção dos NPT em Formação profissional, modular certificada e na área das competências pessoais e sociais para uma procura ativa de trabalho
Maior percentagem de desempregados NPT com idade superior a 35 anos	Facilitar o acesso ao emprego; Aumentar a taxa de empregabilidade dos NPT	Incentivar à criação/ dinamização de rojetos empreendedores microempreendedorismo inclusivo Aumentar a reconversão profissional dos NPT em situação de DLD e promover a integração profissional	10. Criação de um Gabinete de Inserção Profissional para garantir apoio técnico na transformação 'de ideia em projeto' e 'de projeto em negócio' e acompanhamento dos projetos
Desconhecimento por parte do tecido económico local do normativo em matéria laboral associado à contratação de NPT	-Aumentar o conhecimento das leis laborais específicas para este público, por parte das empresas locais	-Possibilitar a integração laboral de cidadãos estrangeiros	11. Realização de ações de divulgação e esclarecimento sobre as temáticas laborais

Tabela 22: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Formar 10% dos NPT na área das competências pessoais e sociais para uma procura ativa de trabalho	Nº. e tipo de Ações realizadas % de imigrantes que concluem com sucesso a formação Nº. de NPT Formandos	-Município da Lousã; -Serviço Local de Emprego; - Entidades formadoras
2	Concretização de projetos de empreendedorismo local em pequenos negócios	Nº. e tipo de projetos apoiados e implementados; Nº. de NPT envolvidos e apoiados; % de Indivíduos com colocação laboral	-Município da Lousã-GAE; -Serviço Local de Emprego; -AESL; -ADSCCL; -Dueceira; -Empresas Locais; -Entidades formadoras
2	Capacitar os empresários e dirigentes sobre as temáticas laborais associadas à contratação de NPT.	Nº. de sessões de esclarecimento Realizadas Nº. de NPT participantes Nº. de Empresas e Empresários envolvidos	-Município da Lousã; - Núcleo das Migrações; -GAICE; -Serviço Local de Emprego; -AESL; -Dueceira; -Empresas Locais

Tabela 23: EDUCAÇÃO E LÍNGUA

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Dificuldade de inserção – barreira linguística	Aumentar e consolidar os níveis de conhecimento do Português por parte dos NPT	Proporcionar formação específica da Língua Portuguesa, a vários níveis de conhecimento	12. Realização de Ações de Formação a vários níveis de conhecimento da Língua Portuguesa (níveis básico e médio: oral/escrito/compreensão)
Maior dificuldade de integração escolar dos imigrantes e seus descendentes com enfoque nos chineses e nacionais de países de Leste	Reforço do apoio do português para estrangeiros na escola com vista à sua maior Integração escolar e melhoria da aprendizagem	Apoiar os alunos ao nível da compreensão escrita e falada do português	13. Nomear mediadores voluntários imigrantes para assegurar a ligação entre os alunos imigrantes as suas famílias e a escola
Insuficiente nº de ações de sensibilização para a multiculturalidade no âmbito do universo escolar	Integrar a temática da interculturalidade no Novo Projeto Educativo Local (PEL) e no Escolar (PEE)	Sensibilizar o Universo Escolar para a Diversidade Cultural Introduzir no PEE mecanismos de informação, sensibilização e inclusão social destes públicos	14. Realização de Ações nas escolas vocacionadas para a temática multiculturalidade: “o mundo tem muitas cores”; “falamos muitas línguas a uma só voz”.

Tabela 23: EDUCAÇÃO E LÍNGUA

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Realizar pelo menos uma ação de formação de língua portuguesa para estrangeiros Formar pelo menos 10 imigrantes na língua portuguesa para estrangeiros	-Nº. de ações de formação realizadas, -Nº. de imigrantes participantes -% de imigrantes que concluem a formação com sucesso N.º de documentos de suporte à divulgação	Município da Lousã (CLAII); Serviço de Emprego da Lousã; Entidade formadora; Agrupamento de escolas da Lousã
1	Apoiar 100% dos alunos que necessitam	Nº de alunos apoiados Nº de mediadores criados	Agrupamento de Escolas da Lousã ; Escola Profissional da Lousã
1	Envolver 75% das escolas na realização das atividades multiculturais	Nº. de Escolas envolvidas Nº. de Docentes envolvidos Nº. e tipo de Ações realizadas dentro da escola e para a comunidade Nº. de Alunos envolvidos (nacionais e estrangeiros)	Município da Lousã; Núcleo das Migrações; Agrupamento de Escolas

Tabela 24: URBANISMO E HABITAÇÃO

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
<p>Problema centrado ao nível económico das famílias e não nas condições habitacionais (a maioria dos NPT refere dificuldades em pagar a renda ou prestação, bem como as despesas inerentes à habitação)</p>	<p>Evitar ações de despejo das famílias em situação economicamente desfavoráveis</p>	<p>Apoio às famílias que reúnam os requisitos necessários no âmbito do MAPSE ou do PARHD</p>	<p>15. Realização de pequenas obras de beneficiação, caso seja em habitação própria no âmbito Programa de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada</p> <p>16. Encaminhamento para medidas de apoio social implementadas pelo município (MAPSES, Tarifa social ou Familiar e Isenções de taxas ao nível do saneamento e obras)</p>

Tabela 24: URBANISMO E HABITAÇÃO

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Apoio às famílias sinalizadas e que até ao montante máximo do orçamento anual definido pela Autarquia	Nº. de Pedidos de apoio Nº. de Alojamentos com intervenção Nº. de Apoios aos NPT e valores	-Município da Lousã, - Segurança Social; -Juntas de Freguesia; -Conferências Vicentinas

Tabela 25: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Existência de famílias em situação de pobreza e exclusão social face ao contexto de crise e desemprego	Reforçar os apoios sociais melhorando as condições de vida dos imigrantes	Apoiar as famílias nas suas diferentes dimensões psicossociais (individual, parental e conjugal, social e profissional) reduzindo assim o impacto de pobreza e exclusão social	17. Dar continuidade ao trabalho realizado pelo GIF e GAS complementado com as respostas de âmbito social das IPSS
Falta de suporte familiar - Dificuldade de conciliação entre a vida pessoal e profissional	Incentivar a criação de novas parcerias com entidades, de forma a garantir respostas adequadas às necessidades da vida pessoal/familiar	Apoiar as famílias garantindo uma resposta de qualidade e adaptado as suas necessidades	18. Dinamizar o Banco do Tempo e dinamizar o Banco de Voluntariado 19. Inserção dos imigrantes e seus descendentes nas respostas sociais e educativas existentes

Tabela 25: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	Garantir o mínimo de subsistência às famílias que recorrem aos serviços de ação social e encaminhamento das famílias para apoio tendo por base os recursos disponíveis	Nº de entidades envolvidas Nº de famílias apoiadas e tipo de apoios prestados	Rede Social
1	Responder a 30% das necessidades dos NPT	Nº de NPT integrados nas respostas sociais face ao nº de atendimentos	IPSS's; Agrupamento de Escolas; CML; Associações locais

Tabela 26: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Desconhecimento por parte dos NPT dos seus direitos e deveres (na dupla qualidade de cidadãos estrangeiros e de residentes em país estrangeiro obedecendo às leis locais)	Integrar harmoniosamente os NPT na comunidade (aceitação mútua no que se refere a benefícios e obrigações)	Informar os NPT relativamente ao processo de legalização (residência, trabalho, etc)	20. Realização de ações de informação e encaminhamento;
Inexistência de organizações associativas de Imigrantes ou grupos corporativos de natureza informal Insuficiência de eventos/ações realizadas regularmente no concelho ou território dedicados à temática da Imigração ou Interculturalidade	Capacitar e apoiar os NPT para a gestão estratégica e na conceção de projetos de intervenção socio comunitária e de participação cívica	Aumentar as competências dos futuros dirigentes e Incentivo a criação de mecanismos de participação, convívio e partilha que promovam a saudável integração	21. Criação de uma organização formal - associação de imigrantes
Reduzido número de Imigrantes recenseados face ao Universo (situação que poderá em segunda linha evidenciar a falta de legalização para permanência) o que leva à Insuficiente ou até inexistente participação de Imigrantes na política local	Aumentar o grau de conhecimento dos NPT no que concerne à participação cívica e exercício de cidadania através do recenseamento eleitoral e prática de voto, bem como, cultura para a política	Dinamizar iniciativas de informação/ sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral dos imigrantes	22. Realização de sessões de informação para a importância do ato cívico de recenseamento e voto 23. Produção de documentos traduzidos de suporte - Conceber informação sobre os direitos e deveres cívicos e políticos dos imigrantes

Tabela 26: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	Aumentar o conhecimento dos NPT na questão dos direitos e deveres	N.º de ações de informação N.º de participantes NPT N.º de documentos traduzidos e impressos	-Município da Lousã (CLAII); -Serviço Local de Segurança Social; -Serviço Local de Emprego
2	Criação de uma associação de imigrantes	N.º de imigrantes envolvidos Estruturação de um espaço físico	-Município da Lousã-CLAII -Núcleo das Migrações -Dueceira - Juntas de Freguesia; -Entidades formadoras
2	Realizar uma sessão de informação antes dos atos eleitorais 100% (elegíveis)	Nº. de Sessões de informação realizadas (adequação com calendário eleitoral) Nº. de NPT recenseados	-Município da Lousã; Núcleo de imigrantes; -Partidos Políticos com representação local
	Elaborar brochuras em várias línguas sobre os direitos e exercício de cidadania	Nº. de brochuras impressas	

Tabela 27: MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Desconhecimento generalizado da sociedade de acolhimento relativamente às especificidades da população imigrante	Criar oportunidades para divulgação das iniciativas específicas dos NPT	Aumentar o número de iniciativas divulgadas	24. Criação de espaço de divulgação na imprensa local (exemplo: Coluna do Imigrante)
	Aumentar os níveis de conhecimento das diferentes culturas e sua interação /inserção	Aumentar conhecimentos das diferentes culturas e tradições da comunidade	25. Criação de uma área específica sobre a área da imigração no portal da Câmara (***)

(***) Poderia, igualmente, ser integrada área específica no Portal da Câmara com estas valências (domínio próprio tipo <http://www.imigranteslousa.pt> ou área específica associada ao site camarário do tipo <http://www.cm-lousa.pt/imigranteslousa/>)

Tabela 27: MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	Divulgação mensal no jornal local	Nº. de Artigos publicados Nº. de NPT envolvidos no processo	-Município da Lousã; -Núcleo da Migrações; -Jornal O Trevim
1	Divulgar 90% das iniciativas	N.º de publicações divulgadas/programadas	

Tabela 28: CULTURA

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
<p>Insuficiência de iniciativas e manifestações culturais dos imigrantes NPT no contexto do Plano de atividades cultural do concelho;</p>	<p>Aumentar o nº de atividades interculturais para que os imigrantes possam ter a oportunidade de expandir as suas práticas sociais e culturais (música, dança,</p>	<p>Criar oportunidades regulares de divulgação dos produtos e tradições dos NPT como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade</p> <p>Promover a interação entre os cidadãos nacionais e os cidadãos nacionais de países terceiros</p>	<p>26. Realização de atividades multiculturais, tais como: Marcha da diversidade; -Ciclo de teatro infantil; -Dia mundial da criança - tema a diversidade cultural; Dia Municipal da Igualdade e diversidade; Animação de verão; Semana da Multiculturalidade; Ações de convívio, tais como: “Conhece o teu vizinho”, Debates e Testemunhos e Vivências Pessoais, entre outros.</p>

Tabela 28: CULTURA

NÍVEL	METAS	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Realizar pelo menos 5 eventos/atividades interculturais por ano com níveis crescentes de participantes, tanto NPT como autóctones	Nº de participantes NPT Nº de entidades participantes Nº. de Eventos/Ações/ Sessões realizados	- Município da Lousã; -Núcleo das Migrações; - Associações Locais; -Agrupamento de Escolas

Tabela 29: CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Existência de dificuldades de comunicação no atendimento aos NPT por parte dos profissionais afetos aos diversos serviços	Capacitar os profissionais e adequar as competências técnicas às necessidades de comunicação detetadas dos NPT Garantir Maior satisfação dos clientes	-aumentar as competências dos funcionários das entidades, ao nível das competências, legislativas e interculturais e outras	27. Realização de ações de formação de curta duração / sobre algumas temáticas, tais como, comunicação intercultural, direitos humanos e legislação
Falta de instrumentos de coordenação e avaliação ao nível das estruturas institucionais benchmarking	Melhorar a cooperação/ avaliação na sua cultura organizacional, incentivando à disseminação de boas práticas na por parte das diferentes instituições no que refere ao apoio, acolhimento e integração dos imigrantes	Capacitar os serviços através um conjunto de ações promotoras de políticas de integração, cooperação e melhoria, bem como introduzir, analisar e avaliar dados permitindo uma análise global e uma intervenção geral.	28. Criar uma plataforma online que possibilite a todos os técnicos envolvidos planejar, controlar e gerir as atividades
Inexistência de mecanismos para veiculação de informação associada à Imigração e/ou diversidade cultural	Capacitar os serviços e os técnicos para as questões da diversidade cultural	Adequar as competências instaladas às necessidades de comunicação detetadas Facilitar a compreensão aos NPR da comunidade onde se estão a inserir	29. Criação de plataforma digital multilingue, com principais informações de acolhimento e serviços

Tabela 29: CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Formar 20 profissionais dos serviços em duas áreas por ano	Nº. de sessões/ações realizadas Nº. de formandos % de pessoas que concluem com sucesso nas áreas ministradas	Entidades formadoras
2	Formar 100% dos técnicos diretamente relacionados com o atendimento e acolhimento dos NPT Envolver pelo menos 50% das entidades parceiras	Criação da plataforma online Nº de entidades envolvidas Nº de sessões realizadas	Município da Lousã; Parceiros da Rede Social; Associação Konkrets; Núcleo das Migrações;
2	Instalar quiosque multimédia com informação multilingue; Aproveitar dos Outdoors e quiosques multimédia existentes para partilha de informação; Produzir e imprimir diversos panfletos específicos	Nº. de idiomas disponibilizados; Nº. e tipologia de Materiais produzidos; Nº. de Plataformas Digitais produzidas	Município da Lousã-Posto de Turismo; Empresas (prestação serviços digitais); Entidades parceiras do PMII

Tabela 30: SAÚDE

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
<p>Pouca divulgação das boas práticas e instrumentos produzidos pela Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã ao nível do acolhimento de imigrantes</p>	<p>Implementação do manual de acolhimento no sistema de saúde de cidadãos estrangeiros a todas as Unidades de saúde</p>	<p>Sensibilizar as restantes Unidades de Saúde para a informação acessível a públicos não nacionais (suporte em materiais de apoio em vários idiomas)</p>	<p>30. Tipificação documental e inventariação dos materiais informativos fundamentais - tradução documental em várias línguas (inglês, russo e chinês) dos dossiers de acolhimento das Unidades de Saúde</p>

Tabela 30: SAÚDE

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Produzir brochuras facilitadores de comunicação sobre os direitos da saúde em pelo menos quatro línguas	Nº. de Entidades envolvidas Nº. e Tipo de Documentos traduzidos	-Município da Lousã - ACES -Centro de Saúde da Lousã

Tabela 31: RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Imigrantes referem que já se sentiram discriminados na relação estabelecida com os colegas meio escolar	Reduzir as manifestações de racismo e discriminação em meio escolar	Sensibilizar para as questões de discriminação e xenofobia e racismo	31. Realização de sessões de sensibilização entre pares para alunos/as e professores/as: Debates e jogos interculturais nas escolas
Insuficientes ações de sensibilização de contra a discriminação e a xenofobia na comunidade	Aumentar a interação entre os cidadãos nacionais e os cidadãos nacionais de países terceiros.	Realizar atividades e espaços de entre ajuda e convívio entre os autóctones e os imigrantes	32. Ações de sensibilização na comunidade e convívios interculturais (Conhece o teu vizinho Dia dos vizinhos Família do Lado)

Tabela 31: RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	Realizar pelo menos 3 ações por ano	N.º de alunos N.º de professores/ educadores N.º de escolas/jardins- -de-infância N.º de sessões realizadas	Agrupamento de escolas Município ACTIVAR
2	Promover pelo menos duas atividades por ano	N.º de convívios realizados N.º de participantes NPT e autóctones N.º de entidades envolvidas	Associação de condóminos Juntas de freguesia Câmara Municipal

Tabela 32: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Inexistência de políticas ou projetos para promover as relações com os países de origem Países Terceiros	Alargar e reforçar as relações entre o Município e o Países Terceiros Definir uma política de atração de imigrantes NPT	Alargar o nº de parceiros entre o município da Lousã e os municípios de países NPT	33. Levantamento de empresas e entidades com negócios em países Terceiros 34. Geminação com município NPT
		Captação de estudantes NPT	35. Protocolos com países NPT para a integração de estudantes em escolas locais
		Captação de empresários NPT para investir no concelho	36. Protocolos com embaixadas

Tabela 32: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
2	Levantamento das empresas e entidades com negócios em países NPT	Nº de entidades envolvidas Nº de imigrantes envolvidos	Município Dueceira Empresas CIM
2	Estabelecimento de pelo menos um protocolo com países NPT	Nº de estudantes imigrantes a frequentar escolas na Lousã Nº de empresas criadas	Escola profissional da Lousã
1	Estabelecer pelo menos uma geminação com um país NPT	Nº empresas criadas na Lousã NPT Nº de protocolo estabelecidos Nº de viagens efetuadas	Empresas AESL DUECEIRA

Tabela 33: Religião

PROBLEMA IDENTIFICADO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS [OPERACIONAIS]	MEDIDAS A IMPLEMENTAR
Inexistência de iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso	Fomentar o diálogo inter-religioso	Sensibilizar para as questões das diversas práticas religiosas	37. Realização de encontro ecuménico

Tabela 33: Religião

NÍVEL	META	INDICADORES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
1	Envolver pelo menos quatro religiões mais representativas dos NPT da Lousã.	Realizar pelo menos um encontro ecuménico Nº de religiões participantes Nº de entidades envolvidas Nº médio de participantes	Representantes de diversas religiões

3.3. Modelo de Monitorização e Avaliação

No âmbito da candidatura à Ação n.º5, a qual se encontra em análise, foi contemplada na atividade de benchmarking a construção de uma plataforma online que possibilitará a todos os técnicos envolvidos no PMII planear, controlar e gerir as atividades de apoio à integração de imigrantes, numa lógica de cooperação e melhoria, bem como introduzir, analisar e avaliar dados, permitindo uma análise global e uma intervenção geral.

Assumindo-se assim como uma ferramenta de trabalho extremamente versátil e inovadora, na medida em que em todas as atividades a desenvolver, a decorrer agora ou no futuro, permite em todos os níveis e funções, através dos seus processos, auxiliar uma melhoria contínua através de planos de ação concertados.

Dada a sua relevância, caso não seja contemplada na candidatura supra-citada, esta será uma das medidas a ser implementada no PMII.

Este instrumento permite uma gestão de perfis: coordenadores, técnicos, formadores, formandos, parceiros, peritos, entre outros; planeamento com a descrição dos métodos e ações, cronograma, identificação dos responsáveis e montantes que irão ser envolvidos; inscrições; recolha de dados; partilha de documentos de materiais de apoio das ações; análise e avaliação dos dados, através de relatórios e documentos, relatório de ações, balanço de atividades, execução física, etc., de forma a determinar planos de ação de melhoria; gestão financeira dos encargos de cada ação, bem como uma gestão de custos, avaliação pelos pares, por peritos, entre outros.

A envolvimento dos imigrantes NPT neste projeto é essencial para que possa responder às suas necessidades, só com a sua participação desde o diagnóstico à execução das medidas e avaliação das mesmas, o PMII poderá alcançar os objetivos traçados e causar o impacto desejado, que é a melhoria do acolhimento e integração dos imigrantes.

A autarquia está empenhada e disponível para continuar a desenvolver políticas de inserção de todos os cidadãos na comunidade, dando continuidade a uma política que visa promover a qualidade de vida e uma cidadania solidária e integradora.

O concelho da Lousã tem trabalhado numa lógica de parceria, estando esta prática bastante solidificada e assume-se como uma boa prática face à eficácia e eficiência nas intervenções e projetos comunitários nacionais que têm sido implementados e executados no concelho. Pretende-se que este projeto também assente numa metodologia de trabalho participativo e participado, deste modo ao nível da conceção e planeamento serão envolvidos os parceiros locais no âmbito da Rede social, que são conhecedores das ne-

cessidades e trabalham numa lógica de intervenção integrada e integradora e diretamente com os destinatários deste projeto, procurando estabelecer um pacto de cooperação e conjugação de esforços, visando em especial, uma visão concertada e eficaz na execução do presente Plano, sendo esta da responsabilidade dos parceiros e com compromisso da Câmara Municipal em coordenar e dinamizar.

As atividades de gestão do Projeto serão planificadas e implementadas de forma a assegurar as necessidades decorrentes do conjunto de regulamentação do ACM e da entidade financiadora-FEINPT.

Em concreto, será assegurada a constituição de uma equipa de gestão com funções específicas, a qual incluirá um elemento dirigente da Câmara Municipal da Lousã e um membro técnico do Quadro de pessoal, que terá a responsabilidade de assegurar a planificação, execução e acompanhamento dos trabalhos, bem como a comunicação e reporte à ACM e Autoridade de Gestão do FEINPT.

Para o efeito, serão utilizados métodos correntes de gestão por objetivos, nos quais a gestão será analisada contra objetivos pré-definidos e associados a pontos ou datas chave das várias componentes do projeto. Trimestralmente, serão discutidos todos os aspetos relevantes relacionados com a execução física e analisados os centros de custo aplicáveis, de forma a monitorizar a execução financeira, tendo por base um conjunto de indicadores definidos previamente ao início do projeto.

Estas atividades de gestão visam dar a resposta adequada às necessidades e obrigações da autarquia enquanto beneficiária do FEINPT, particularmente as associadas a:

- *elaboração e apresentação dos relatórios de execução;*
- *apresentação dos pedidos de pagamento;*
- *constituição e organização de um Dossier do Projeto técnico e financeiro;*
- *elaboração e apresentação de um relatório final de execução.*

O acompanhamento do projeto será assegurado, do ponto de vista interno, pela equipa de gestão afeta à sua implementação.

Adicionalmente, e em estreita ligação com a avaliação de resultados, a autarquia promoverá, com regularidade a definir, um conjunto de reuniões com o Núcleo da Imigração, especialmente constituído para este fim e que incluirá representantes dos imigrantes, e com os parceiros do projeto.

No seio dessas reuniões, serão apresentados e discutidos os principais resultados alcançados ao nível da execução física e financeira do projeto, bem com problemas eventualmente existentes e formas de os ultrapassar.

Procurar-se-á assim, através de um modelo dinâmico e participativo, assegurar inputs dos vários parceiros e imigrantes, no sentido de ultrapassar eventuais obstáculos e constrangimentos à execução do projeto, bem como proporcionar e disponibilizar, de forma eficaz e regular, informação atualizada acerca do mesmo.

A avaliação de resultados do projeto terá por referência o Modelo de Avaliação da Qualidade, através do desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Qualidade que será aplicado a área da migração, visando a melhoria contínua do desempenho da PMII e a satisfação das partes interessadas (imigrantes e parceiros).

Para o efeito, seguir-se-ão as boas práticas difundidas pelo ACM ao nível das respostas dos diversos municípios que integram o IMAD, através da aplicação de questionários de satisfação dirigidos a imigrantes e parceiros, no período anterior e posterior à implementação do Projeto.

Para além da sua utilidade para a avaliação da evolução verificada no período pré e pós-projeto, pretende-se utilizar a informação assim recolhida para a melhoria futura de processos e serviços, através da minimização de pontos fracos e potenciação de pontos fortes. Desta forma corresponder-se-á, junto das partes interessadas, às expectativas de melhoria contínua que a aplicação dos questionários certamente induzirá.

3.4. Acompanhamento e Modelo de Governação

A Rede Social enquadra-se nos objetivos traçados pelo Plano Nacional para a Inclusão (PNAI de 2008-2010), o qual identifica seis desafios/riscos que afetam a inclusão em Portugal onde refere no Eixo VI as Desigualdades e discriminação no acesso a direitos por parte de grupos específicos, onde se inclui aqui o grupo alvo dos imigrantes.

Uma das preocupações tem sido os “baixos níveis de mobilização da população em torno de um objetivo comum” e das “desigualdades e discriminação no acesso a direitos por parte de grupos específicos” pelo que é importante que estes estejam igualmente representadas, cujo enquadramento está definido no nº 3 do art. 7 do Regulamento Interno da rede social.

O CLAS da Lousã é o órgão que, por excelência, congrega todas as forças vivas do Município, procurando, numa comunhão de esforços, combater a exclusão social e erradicar as formas mais extremas de pobreza.

Considerando que a Rede Social é um órgão aglutinador das diversas comissões, existentes ou a criar, fará todo sentido que o Plano Municipal de Integração dos Imigrantes seja enquadrado no âmbito da Rede social concelhia, através da constituição de um núcleo representativo dos imigrantes, onde será nomeado um representante para integrar o plenário do CLAS.

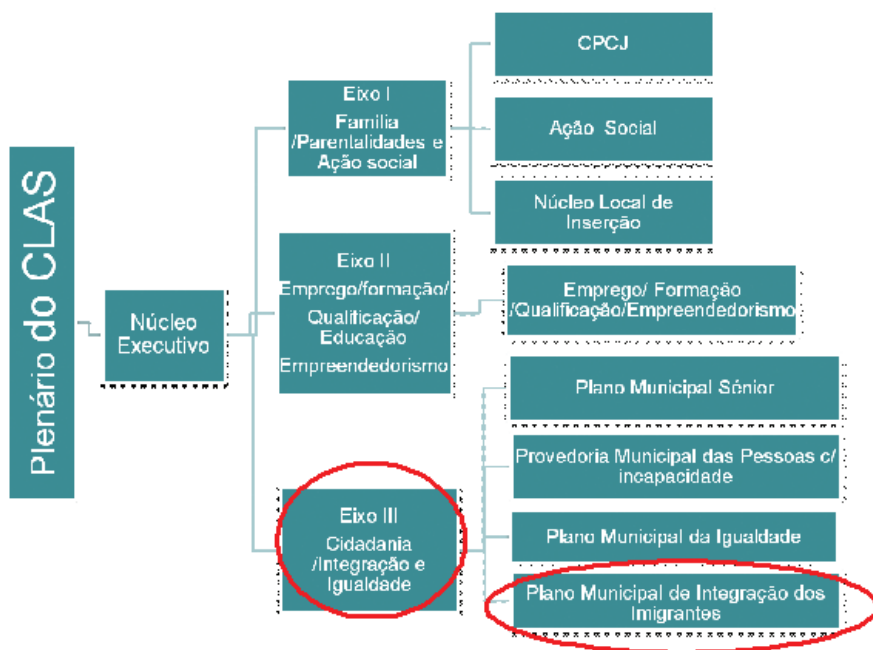
De forma a haver uma maior articulação entre os vários órgãos e as instituições, e estas terem um papel mais participativo e co-responsável, propõe-se a criação de três **Eixos de intervenção** que confinem com os Eixos definidos em Plano de Desenvolvimento Social, aprovado em 2013, a saber:

- I) **Intervenção Familiar/Parentalidade e Ação Social**
- II) **Educação/Formação, Emprego e Qualificação/Empreendedorismo**
- III) **Cidadania/migração e Inclusão**

Cada um destes Eixos poderá agregar um ou mais grupos trabalho em função da sua especificidade sendo necessário para o bom funcionamento que, cada um deles, tenha um coordenador/dinamizador e interlocutor, tanto no Núcleo Executivo como no próprio Plenário do CLAS.

Assim considerou-se que o melhor enquadramento do PMII, seria no CLAS, no eixo III cidadania/ integração e Igualdade, conforme se pode observar na **Figura 2**. Onde se integra o Núcleo das Migrações, o qual será formalizado através da constituição de um regulamento e de um documento de comprometimento dos parceiros e dos representantes dos imigrantes.

Figura 2 – Organograma do CLAS



Composição

Compõe um conjunto de parceiros com responsabilidades diretas na implementação, acompanhamento e revisão do plano, o mesmo será coordenado pela Câmara Municipal da Lousã, presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, que também é presidente do CLAS, ou por um seu representante, será igualmente constituído por imigrantes representativos das diferentes nacionalidades existentes no concelho.

Parceiros do Núcleo da Imigração

ACTIVAR

ADIC

ADRAS

ADSCCL

Agrupamento de Escolas da Lousã

Associação Concretizar

Associação Cultural Princesa Peralta

Associação Empresarial Serra da Lousã

Associação Recreativa Cultural e Social das Gândaras

ARCIL

Arte Via Cooperativa

Centro Social de Casal de Ermio

Centro de Saúde da Lousã (Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã; Unidade de Saúde Familiar Trevim-Sol; Unidade de Cuidados à Comunidade)

CEFP do Pinhal Interior Norte-Serviço de Emprego da Lousã

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã

Cooperativa Trevim

Dueceira

Escola do Riso

Escola Profissional da Lousã

Guarda Nacional Republicana-Destacamento da Lousã

Junta de Freguesia das Gândaras

Junta de Freguesia de Serpins

Konkrets

Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã

Santa Casa da Misericórdia da Lousã

União de Freguesias Foz de Arouce e Casal de Ermio

União de Freguesias Lousã e Vilarinho

Representantes imigrantes NPT:

Representantes de nacionalidade caboverdiana

Representante de nacionalidade moçambicana

Representante de nacionalidade colombiana

Representante de nacionalidade ucraniana

Representante de nacionalidade guineense

Representante de nacionalidade brasileira

4. CONCLUSÃO

Decorrente da abordagem de sistematização do estudo diagnóstico da população imigrante NPT 2011 e do presente estudo de 2015, pode-se concluir que, na sua maioria, os imigrantes se encontram socialmente integrados no Concelho da Lousã. Contudo, observa-se a importância em promover atividades interculturais para que os imigrantes possam ter a oportunidade de expandir as suas práticas sociais e culturais (música, dança, gastronomia, arte) não de forma isolada, mas num contexto social marcado pela diversidade cultural, cujas culturas se interpenetram num processo contínuo de aprendizagem social marcado pelo reconhecimento, pela valorização e legitimação social.

*Considera-se pertinente que o **Centro de Apoio ao Imigrante Local – CLAII** no Concelho da Lousã altere a sua dinâmica de funcionamento com vista a promover e a dinamizar, em parceria com outras entidades concelhias e supra concelhias (públicas ou privadas), um campo amplo e diversificado de atividades, as quais possibilitem na sua organização o envolvimento ativo da população imigrante, conferindo-lhe uma posição interventiva, motivando-a e incentivando-a para a incrementação de práticas associativas locais, regionais e nacionais, tendo como finalidade última a inclusão social.*

No desenvolvimento deste projeto foram sentidos alguns constrangimentos e dificuldades, a saber:

- ✓ *Inexistência, na maioria das bases de dados, do item “nacionalidade”, o que dificultou a filtragem dos imigrantes residentes no concelho;*
- ✓ *Obtenção de contactos dos imigrantes devido à confidencialidade de informação dos serviços públicos;*
- ✓ *Os imigrantes não têm representatividade cultural no concelho;*
- ✓ *Limite temporal para a execução do Plano (muito reduzido), dado que a candidatura foi aprovada em dezembro, o que dificulta a análise e tratamento dos dados em tempo útil;*
- ✓ *A sobrecarga de trabalho por parte dos técnicos das entidades parceiras, o que dificultou o envio atempado dos dados solicitados;*
- ✓ *Ultrapassar a visão “assistencialista” sobre os imigrantes.*

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Camacho, Ana; Ferreira, Teresa e Ribeiro, Paula (2011), *Diagnóstico da população Imigrante no Concelho da Lousã*, Câmara Municipal da Lousã e ACIDI, I.P.: Lisboa

Diagnóstico Social (2013), Rede social, Câmara Municipal da Lousã

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional (2014), *Plano Estratégico para as Migrações*, Lisboa

Malheiros, Jorge (2013), *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades*, ACIDI, I.P.: Lisboa

Oliveira, Catarina e Gomes, Natália (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal: Imigração em Números*, Relatório Estatístico Decenal, Observatório das Migrações, ACM: Lisboa

Plano de Desenvolvimento Social, Rede Social (2013), Câmara Municipal da Lousã

Presidência do Conselho de Ministros e ACIDI (2010), *II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013*, Lisboa

Projeto Educativo Local [Draft] (2014), Câmara Municipal da Lousã

Regulamento Interno da Rede Social (2013), Câmara Municipal da Lousã

Valadas, Carla; Góis, Pedro e Marques, José (2014), *Quando o trabalho desaparece: Imigrantes em situação de desemprego em Portugal*, Volume 55 do Observatório das Migrações, ACM: Lisboa

www.ine.pt

www.pordata.pt

www.datacentro.pt

www.sef.pt

www.iefp.pt

www.dueceira.pt

www.acm.gov.pt

ANEXOS

Documento 1

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES DE PAÍSES TERCEIROS

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito do Diagnóstico para a elaboração do Plano Municipal para os Imigrantes que está a ser desenvolvido pelo Setor de Intervenção Social e Saúde da Câmara Municipal da Lousã.

O inquérito é anónimo e confidencial.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade e esperamos que este estudo contribua para uma melhoria da integração dos imigrantes no Município.

Grupo I – Dados Pessoais

1. Sexo:

Feminino	<input type="checkbox"/>	Masculino	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------	--------------------------

2. Idade: _____ anos

3. Naturalidade _____

4. Nacionalidade _____

5. Há quanto tempo está a residir na Lousã?

Até a 1 ano	<input type="checkbox"/>	De 1 a 2 anos	<input type="checkbox"/>	De 3 a 5 anos	<input type="checkbox"/>	Mais de 5 anos	<input type="checkbox"/>	Não sabe/Não Responde	<input type="checkbox"/>
-------------	--------------------------	---------------	--------------------------	---------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------

6. Qual o seu atual estatuto de permanência em Portugal?

Possuo autorização de residência permanente	<input type="checkbox"/>	O meu processo aguarda resolução no SEF	<input type="checkbox"/>
Possuo autorização de permanência	<input type="checkbox"/>	Possuo visto de trabalho	<input type="checkbox"/>
Possuo visto de estada temporária	<input type="checkbox"/>	Não tenho qualquer tipo de autorização	<input type="checkbox"/>
Outra situação. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	Não sabe/Não responde _____	<input type="checkbox"/>

Grupo II - Integração na Comunidade

7. Quais são as suas principais dificuldades na adaptação à sociedade portuguesa?

Língua portuguesa		Difícil adaptação ao trabalho	
Conseguir arranjar trabalho		Costumes diferentes	
Conseguir um trabalho melhor		Dificuldades no acesso à habitação	
Dificuldades com a legalização da sua situação		Discriminação. Indique em que aspecto(s): _____ _____	
Dificuldades com a entidade patronal		Dificuldades no reconhecimento das suas qualificações	
Outra. Qual? _____		Sem dificuldades	

8. Para a sua integração em Portugal, qual(is) das seguintes opções lhe parece mais necessária(s)?

Saber falar bem português		Ter família consigo	
Ter amigos portugueses		Saber como funcionam os serviços públicos/municipais	
Saber como funciona o País		Obter a nacionalidade portuguesa	
Ter amigos da sua nacionalidade		Ter trabalho	
Fazer parte de uma Associação		Outra. Qual? _____	
Não sabe/Não responde			

9. Costuma participar em festas/convívios organizados pela sua comunidade de origem?

Participo sempre		Nunca participo porque a minha comunidade de origem nunca organiza eventos	
Participo algumas vezes		Outro(s) motivo(s): _____	
Participo raramente		Não sabe/Não responde	

10. Qual o seu grau de satisfação relativamente ao atendimento dos serviços públicos/municipais?

Serviços Públicos/ Municipais	Insatisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Não sabe/Não responde
Câmara Municipal da Lousã					
Juntas de Freguesia					
Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante (CLAII)					
Centro de Saúde da Lousã					
Segurança Social					
Serviço de Emprego da Lousã					
Agrupamento de Escolas da Lousã					
Serviços Judiciais					
Guarda Nacional Republicana					
Repartição de Finanças					
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)					
Outro. Qual? _____ _____					

11. Deparou-se com algum(s) obstáculo(s) nos serviços públicos/municipais?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

11.1. Se respondeu sim, indique qual(is):

Não saber falar português		Falta de conhecimento de outras línguas por parte dos/as funcionários/as no atendimento	
Documentos sem tradução		Tempo de espera para ser atendido	
Formulários complicados		Falta de clareza nas informações prestadas	
Encaminhamento incorreto		O meu estatuto de permanência no país	
Muita burocracia		Outra. Qual? _____	

12. Já requereu apoios sociais e outros benefícios fiscais?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

12.1. Se respondeu sim, teve dificuldades pelo facto de ser imigrante?

Sim		Não		Não sabe/Não responde	
-----	--	-----	--	-----------------------	--

13. Preencha a tabela que a seguir se apresenta sobre o seu domínio da língua portuguesa:

Domínio da Língua	Nível de Fluência			
	Muito bom	Bom	Razoável	Insuficiente
Fala				
Leitura				
Escrita				
Compreensão				

14. Já completou algum curso de língua portuguesa para estrangeiros?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

14.1. Se respondeu não, pretende frequentar?

Sim		Não		Não sabe/Não responde	
-----	--	-----	--	-----------------------	--

Grupo III – Mercado de Trabalho

15. Qual a sua situação laboral neste momento?

Empregado/a		Desempregado/a		Inativo/a	
-------------	--	----------------	--	-----------	--

15.1. Se está empregado/a, mantém a profissão que tinha no seu país de origem?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

15.1.1. Está satisfeito/a com o seu trabalho atual?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

16. Qual é a sua perceção sobre os empregos dos imigrantes em Portugal?

Empregos compatíveis com as suas qualificações	Empregos que os portugueses já não querem	
Empregos em que há falta de mão-de-obra	Empregos iguais aos dos portugueses	
Outra. Qual? _____	Não sabe/Não responde	

17. Acha que para manter o trabalho ou encontrar trabalho necessita de mais formação?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

18. Fez o pedido para as suas qualificações serem reconhecidas formalmente?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

18.1. Se respondeu sim, o seu pedido foi aceite?

Sim		Não		Estou a aguardar	
-----	--	-----	--	------------------	--

Grupo IV – Cidadania e Participação Cívica

19. Reúne condições para se poder recensear?

Sim		Não		Não sabe/Não responde	
-----	--	-----	--	-----------------------	--

19.1. Se respondeu sim, efetuou o recenseamento?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

19.1.1. Se respondeu sim, votou nas últimas eleições nacionais ou locais?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

19.1.2. Se respondeu não, indique o motivo.

Não me identifico com o país	Não considero que seja importante	
Não tive disponibilidade	Não votei porque voto apenas nas eleições do meu país de origem.	
Outra. Qual? _____	Não sabe/Não responde	

20. Acha que precisamos de mais deputados municipais de origem imigrante?

Sim		Não		Não sabe/Não responde	
-----	--	-----	--	-----------------------	--

20.1. Justifique a sua resposta _____

21. Considera necessária a criação de uma associação de imigrantes?

Sim		Não		Não sabe/Não responde	
-----	--	-----	--	-----------------------	--

21.1. Se respondeu sim, gostaria de participar na associação?

Sim		Não		Não sabe/Não responde	
-----	--	-----	--	-----------------------	--

Comentários/Propostas/Contributos para uma maior integração dos imigrantes

Obrigada pela colaboração!

Documento 2

Guião | Focus Group com os Imigrantes Nacionais de Países Terceiros

1. Problemas enfrentados aquando da chegada ao Município da Lousã.
 - 1.1. Principais problemas no acesso ao mercado de trabalho e na inserção laboral.
 - 1.2. Problemas no acesso à habitação.
 - 1.3. Problemas de equivalência de habilitações.
 - 1.4. Problemas de discriminação/racismo.
 - 1.5. Problemas na aprendizagem da língua portuguesa.
 - 1.6. Problemas com a legalização no país de acolhimento.
2. Principais necessidades sentidas na adaptação à sociedade portuguesa.
3. Principais obstáculos na integração no concelho da Lousã.
4. Principais facilitadores na integração no concelho da lousã.
5. Práticas e consumos culturais dos imigrantes: orientados para o país de origem ou para o país de acolhimento, ou um misto?
6. Opinião sobre a criação de uma associação de imigrantes.
7. Propostas e contributos para uma maior integração dos imigrantes.

Documento 3

Encontro de Imigrantes
Meeting Immigrants
Встреча иммигранты
移民同欢会

TAI CHI
Tai Chi

MÚSICA
Music
Музыка
唱歌

DANÇA
Dance
Танец
跳舞

LANCHE MULTICULTURAL PARTILHADO
Shared Multicultural Snack
Полдник
分享各国的美食

TRAGA UMA COMIDA TÍPICA DO SEU PAÍS!!!
Bring a typical food of your country!!!
можно принести влюдо своей национальностчи!!!
請您也帶一份貴國衷心一起分享

Dia: 14 de março
Horas: 17 horas
Local: Restaurante
Parque Carlos Reis
Imigrantes Nacionais de Países Terceiros

GOVERNHO DE PORTUGAL
FEINPT
ACM
LOUSÃ MUNICÍPIO

